



RELATÓRIO & CONTAS

2011

Praceta João Caetano Brás Nº 10 1º A.B.C.

2005 – 517 Santarém

I. Órgãos Sociais.....	4
II. Relatório do Conselho de Administração.....	6
Introdução.....	6
Enquadramento macroeconómico	9
Atividade.....	16
Análise económica e financeira.....	28
Perspetivas futuras.....	37
Agradecimentos.....	39
Proposta de Aplicação de Resultados	40
III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011.....	41
BALANÇO	41
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	44
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	46
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	48
1 INTRODUÇÃO	48
2 BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS.....	49
3 Principais Fontes de Incerteza às Estimativas.....	55
4 NOTAS	56
4.1 Caixa e disponibilidades em bancos centrais	56
4.2 Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	56
4.3 Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.....	56
4.4 Aplicações em Instituições de Crédito	57
4.5 Crédito a Clientes.....	57
4.6 Investimentos detidos até à maturidade.....	58
4.7 Ativos não correntes detidos para venda	58
4.8 Outros ativos tangíveis	59
4.9 Ativos intangíveis.....	59
4.10 Ativos por impostos.....	60
4.11 Outros Ativos.....	61
4.12 Provisões.....	62
4.13 Carga Fiscal.....	63
4.14 Outros Passivos	64
4.15 Capital Próprio.....	65

4.16 Rubricas extrapatrimoniais	65
4.17 Margem financeira	67
4.18 Resultados de Serviços e Comissões.....	67
4.19 Outros resultados de exploração	68
4.20 Efetivos	69
4.21 Custos com pessoal	69
4.22 Gastos gerais administrativos	72
4.23 Partes Relacionadas	73
4.24 Outras Informações	73
4.25 Acontecimentos Após a Data de Balanço	73
Anexo	74
IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único	76
V. Certificação Legal de Contas	77
VI. Relatório do Auditor Independente	79

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Instituto de Turismo de Portugal, I.P., representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
Vice-Presidente	NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes
Secretário	Banco Santander Totta Portugal, S.A., representado por José António Silva Barata

Conselho de Administração

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI, representado por Luís Filipe Soares dos Santos
	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém A.E., representada por João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Banco BPI, S.A., representado por Renato Fernando Ribeiro da Silva
	Banco Comercial Português, S.A., representado por Anabela Pereira Dolores Frazão
	Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por Isabel Maria Lopes Vieira Neto
	Banco Espírito Santo, S.A., representado por Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
	Turismo de Portugal, IP, representado por Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco
	S.P.G.M. – Sociedade de Investimento, S.A., representada por Rui Pedro Lopes Brogueira
	NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, A.E., representada por José Ribeiro Vieira
	Banco Santander Totta Portugal, S.A. representado por Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

Comissão Executiva

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Renato Fernando Ribeiro da Silva
	João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Anabela Pereira Dolores Frazão
	Ilda Maria Tavares Gomes da Costa
	Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
	Rui Pedro Lopes Brogueira

Fiscal Único

Efetivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Carla Maria Castro de Pinho

Comissão de Remunerações

Presidente Banco BPI, S.A.

Vogais Banco Santander Totta, S.A.

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2011 o seu nono ano de atividade. O ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas às especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso instrumento de acesso ao crédito por parte das empresas numa época de contração deste importante vetor de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano transato veio acentuar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre de 2008, com profundas incidências no mercado de crédito que foram agudizadas pela crise do financiamento da dívida soberana. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua atividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas.

Ao mesmo tempo, o custo do financiamento para os Bancos tornou-se mais elevado, o que haveria de se transferir para os consumidores de crédito. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da atuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a perceção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos *spreads* praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da perceção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas e aumento do custo associado aos financiamentos, aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transato. Sendo a Garval uma entidade umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma condicionou a atividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas, atuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas face às necessidades das empresas. Para a concretização deste objetivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium BCP, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo

Santander Totta, Barclays Bank, Caixa Económica Montepio Geral, Banco Português de Negócios, Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, Banco Popular Portugal, Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria). No âmbito do Programa FINICIA do IAPMEI, mantiveram-se disponíveis os protocolos anteriormente celebrados com exceção para Peniche e Penela que foram cancelados. No âmbito do Eixo II do mesmo programa mantiveram-se disponíveis os protocolos de apoio ao ciclo de vida inicial das empresas anteriormente celebrados com o Banco Espírito Santo, com o Millennium BCP e com o Banco Santander Totta, bem como o protocolo para Microcrédito existente com o Banco BPI.

As sociedades de garantia mútua, no âmbito do Programa FINCRESCE do IAPMEI, que visa a identificação das PME Líder (empresas que pelas suas qualidades de desempenho e perfil de risco se posicionem como motor da economia nacional em diferentes setores de atividade, prossequindo estratégias de crescimento e liderança competitiva), tendo em vista a disponibilização de um conjunto de soluções financeiras muito favoráveis a essas empresas através da negociação de linhas de crédito com as principais entidades bancárias, permitiram estabelecer uma plataforma única de avaliação do potencial económico e perfil de risco das empresas, com a harmonização dos critérios de avaliação das diferentes entidades, tendo em conta os critérios utilizados nas linhas de crédito protocoladas entre as sociedades de garantia mútua e as instituições de crédito em questão.

O ano de 2011 ficou marcado pela continuação da intervenção da garantia mútua nas linhas PME Investe que haviam sido implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reação à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME.

Neste sentido, em 2011 deu-se continuidade a algumas linhas PME Investe celebradas em 2010: PME Investe VI, com dotação para 1 250 milhões de euros de Financiamento pressupondo a intervenção de garantia mútua até 670 milhões de euros e PME Investe VI- Aditamento com uma dotação de 1 500 milhões de euros pressupondo a intervenção de garantia mútua até 800 milhões de euros. Estas linhas continuaram a ser um forte apoio para as empresas, principalmente através das sub-linhas específicas para micro e pequenas empresas (MPE), classificadas em função do número de trabalhadores, permitindo apoiar a nível nacional perto de 36 000 empresas. Em particular, no ano de 2011, a Garval apoiou 1 875 empresas através destas sublinhas.

Para a Região Autónoma dos Açores manteve-se operacionalizada a Linha específica Linha de Crédito Açores Empresas e foi celebrada uma nova, a Linha de Crédito Açores Investe II, com contornos semelhantes às Linhas PME Investe anteriormente referidas, atentas as especificidades próprias da Região e do seu tecido empresarial, ambas promovidas pelo Governo Regional dos Açores.

A intervenção nestas Linhas alterou o paradigma de funcionamento da Sociedade que, por terem um período de distribuição concentrado no tempo e sendo dinamizadas pelas redes comerciais dos vários

Bancos protocolados, mantiveram um elevado nível de pressão sobre a estrutura humana, tecnológica e processos. Não obstante, foi possível manter o nível de serviço, assegurando resposta às solicitações com elevados padrões de qualidade, dentro dos prazos definidos, sem perda de controlo da qualidade do crédito.

Foi também mantida a intervenção ao nível das linhas de crédito para estudantes com várias instituições de crédito (Banco BPI, Banco Santander Totta, Banif, Millennium BCP, Montepio, Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, esta já durante 2008), apesar de ter estando suspensa de Setembro a Dezembro esta linha promoveu a igualdade de oportunidades do acesso ao ensino superior. Esta intervenção, tornada possível com a publicação do diploma DL 309-A/2007, que alterou a legislação das Sociedades de Garantia Mútua, passando a permitir também a garantia de pessoas individuais e a prestação de garantias de carteira, bem como de dotações específicas para o Fundo de Contragarantia Mútuo realizadas pelo Ministério do Ensino Superior, permitiu o apoio por parte da Garval a 3 957 estudantes, destes, 1 312 foram apoiados em 2011.

Manteve-se ainda a intervenção na Linha de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, promovida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e protocolada com o sistema bancário e as SGM no montante global de 100 milhões de euros. Esta linha para além do envolvimento de um novo e relevante parceiro no Sistema – o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – tem a SPGM, como entidade encarregue pela gestão da referida Linha.

A *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da atuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

Com sede em Santarém, fomos, conjuntamente com a Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, uma das primeiras Sociedades de Garantia Mútua a operar em Portugal. No início de 2007, principiou a atividade a Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Coimbra, para atuação específica no setor agro-florestal. A sociedade tem orientado o desenvolvimento da sua atividade para as PME da zona Centro do País e Região Autónoma dos Açores.

A Garval manteve a sua estratégia de proatividade comercial junto das empresas do tecido económico

de intervenção, encontrando quer no contato direto junto empresas quer na possibilidade de criar valor com as nossas intervenções, uma recompensa pela ação desenvolvida na oportunidade de poder atuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite uma abordagem ao mercado através do direcionamento da proatividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

Enquadramento macroeconómico

Em 2011 assistiu-se a nível internacional a uma desaceleração da economia mundial, tendo sido mais acentuada para as economias avançadas, com destaque para um abrandamento do crescimento dos EUA, uma quebra do PIB do Japão (associado aos efeitos do terramoto de março) e um crescimento mais moderado da UE, com evoluções muito distintas entre todos os estados membros. As economias emergentes também desaceleraram, apesar dos países asiáticos terem continuado a registar um elevado dinamismo, tendo o PIB da China desacelerado para 9,2% (10,4% em 2010).

Refletindo o menor crescimento da economia mundial, as trocas comerciais de bens e serviços abrandaram para cerca de 6,9% em volume (12,7% em 2010), mantendo-se, no entanto, acima do valor médio registado na década.

O nível de incerteza do enquadramento internacional tornou-se particularmente elevado no segundo semestre de 2011, tendo aumentado os riscos no sentido descendente do ritmo de crescimento económico mundial, associado, no caso dos EUA, à persistência de elevados desequilíbrios macroeconómicos (défices público e externo) e à fragilidade do mercado de habitação. Mas o ano que findou ficou sobretudo marcado pelas dificuldades em torno da crise da dívida soberana na zona euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias core, como França, Holanda e Áustria.

A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na zona euro resultaram numa situação de escassez severa de liquidez nos mercados monetário e de crédito, particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Por outro lado, o Banco Central Europeu (BCE), após ter elevado a principal taxa de juro diretora de 1% para 1,5%, inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 pontos base no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos.

Em dezembro, a Autoridade Monetária (AM) levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489 mil milhões de euros que contudo não

impactou o indicador da manutenção da falta de confiança nos mercados monetários. Apesar desta inédita injeção de liquidez, os bancos colocaram perto de 412 mil milhões de euros em depósitos junto da AM, mostrando que nada se alterou em termos da confiança entre as instituições financeiras, que deixaram de fazer operações entre si, e igualmente o descrédito em relação à evolução da crise da dívida soberana europeia. Os bancos demonstraram querer preservar a sua autonomia financeira, pretendendo assegurar liquidez suficiente para enfrentar o futuro que não deixou de ser incerto.

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do setor financeiro, refletiram-se também nos mercados acionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus, com o DAX alemão e o CAC 40 francês a fecharem o ano com quebras de 16% e 20%, respetivamente. Na Península Ibérica, o IBEX 35 e o PSI 20, acumularam quebras anuais de 15% e 28%. No caso americano, os índices Dow Jones, S&P 500 e NASDAQ, fecharam 2011 com uma evolução acumulada de +5%, -1% e -3%, fruto da menor tensão em redor da crise da dívida e de uma economia com sinais de crescimento mais dinâmico em comparação com os parceiros europeus, a braços com fortes abrandamentos.

Adicionalmente, o aumento dos riscos associados à qualidade da dívida soberana nas economias da zona euro favoreceu a depreciação de 3,2% do euro face ao dólar em 2011, situando-se em 1,29 no final do ano (1,34 no final de 2010).

A economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, que se tinham traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas e, conseqüentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional. Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituindo uma vulnerabilidade da economia portuguesa, o que contribuiu para a perda de acesso do setor público – e, em consequência, do setor bancário – a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas têm um inevitável efeito contracionista no curto prazo.

Em Portugal, ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e

de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que aumentam a flexibilidade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das golden shares, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do setor dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram taxas elevadas de crescimento, com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB (esperada em torno de 1,6%) e, acima de tudo, contribuiu, em conjunto com o processo de deleverage em curso entre os diversos setores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,8% para um valor próximo de 6,5% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O nível das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% observado em 2009.

Em termos prospetivos, o enquadramento internacional incorpora uma significativa desaceleração da economia mundial em 2012 (3,7% em 2011 para 3% em 2012), num quadro de recente recrudescimento das tensões nos mercados financeiros internacionais, decorrente, em larga medida, da intensificação da crise da dívida soberana na zona euro. Esta evolução estima-se implicará um expressivo abrandamento da procura externa dirigida às empresas portuguesas em 2012.

A situação ainda enfraquecida da economia norte-americana, a tendência generalizada de prática de políticas orçamentais mais restritivas e a desalavancagem do setor financeiro europeu serão forças que deverão acarretar um fraco desempenho para o crescimento global. Outros fatores de risco importantes são a possibilidade de recrudescimento das tensões no mercado interbancário, a escassez do financiamento à atividade económica na UEM (embora recentemente mitigada pela utilização de vários mecanismos de reforço da liquidez no sistema, pelo BCE); falha do setor privado norte-americano em sustentar a atividade e regresso das dúvidas quanto ao processo de consolidação fiscal nos EUA; forte arrefecimento das economias emergentes ou o aumento significativo dos preços das matérias-primas, bens alimentares e energéticos devido a fatores geopolíticos.

Todavia podem persistir elementos positivos, cujo desenvolvimento poderá eventualmente fazer surgir um cenário global mais positivo que o antecipado: os indícios recentes de uma maior resistência da economia norte-americana, que parece dar sinais de algum dinamismo contra todas as expetativas;

um desempenho mais favorável que o antecipado das economias emergentes, cuja expansão está cada vez mais assente na procura interna; o alívio das tensões geopolíticas subjacentes ao elevado preço do petróleo; finalmente a eventual tomada rápida de medidas pelos líderes europeus, que restabeleça a confiança entre os investidores e os agentes económicos.

Ao nível interno, a projeção para 2012 é fortemente condicionada pela adoção de medidas de consolidação orçamental no âmbito do Orçamento de Estado. Refira-se que o cumprimento dos objetivos orçamentais para 2011 apenas foi atingido pelo recurso a medidas de carácter auto reversível (em particular a já mencionada transferência parcial dos fundos de pensões do setor bancário para a segurança social), pelo que é exetável uma contração da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa. Esta projeção incorpora as medidas detalhadas do PAEF, que, entre outros aspetos, baliza a prossecução do processo em curso de desalavancagem do setor bancário e a redução dos níveis de endividamento dos agentes privados (famílias e empresas), como sendo elementos essenciais para a recuperação da atividade económica no médio prazo. O sistema bancário, enquanto intermediário financeiro, deverá canalizar os recursos financeiros disponíveis para as empresas financeiramente viáveis e com planos de negócio sustentáveis no médio e longo prazo, contribuindo por esta via para uma reestruturação eficiente do setor empresarial.

As condicionantes de origem interna, implicarão uma quebra da procura interna privada, em particular do consumo de bens duradouros depois de um período prolongado de crescimento acima do PIB, e do investimento privado. A queda acumulada do volume de consumo público será considerável, contrastando com o aumento persistente registado no passado. Ao longo deste período, assume-se a continuação da redução das despesas de investimento das Administrações Públicas. Em sentido contrário, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada em que prevê registrar taxas de crescimento positivas ao longo de 2012. Esta alteração da composição da despesa agregada tem como objetivo a aproximação do equilíbrio da balança corrente e de capital, o qual é fundamental para assegurar as condições de solvabilidade da dívida externa, um dos requisitos necessários para o regresso da posição de investimento internacional a uma trajetória sustentável. Refira-se, no entanto, que estas projeções estão rodeadas de grande incerteza, associadas nomeadamente à evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Relativamente ao mercado de trabalho, é esperada em 2012 uma redução do emprego (além de uma contenção salarial) de 1,8%, com correspondência negativa sobre a evolução do rendimento disponível real das famílias (a magnitude de contração do emprego será relativamente similar nos setores público e privado) e conseqüente quebra no consumo e aumento da poupança, pelo que o contributo do fator trabalho para a evolução do PIB deverá ser negativo.

Apesar da quantificação do crescimento do produto potencial estar sujeita a um grau de incerteza superior ao habitual, é projetada uma estagnação do PIB para 2012.

Sistema Bancário Nacional

Em 2011, a deterioração das condições de financiamento do Estado português nos mercados internacionais traduziu-se num considerável aumento do financiamento do setor público junto dos bancos, que reforçou a ligação entre os riscos soberano e bancário, agravando as dificuldades dos bancos portugueses no acesso aos mercados de dívida por grosso.

O exacerbar da crise da dívida soberana na área do euro e o conseqüente aumento do risco sistémico a nível europeu, contribuiu para adensar o problema de financiamento dos bancos domésticos que, juntamente com o aumento do risco de crédito associado aos agentes económicos nacionais resultou numa maior restritividade da oferta de crédito. Por sua vez, a contração da atividade económica portuguesa, a diminuição do rendimento disponível das famílias e a deterioração das perspetivas económicas, refletiram-se numa redução da procura de crédito, concorrendo para o abrandamento do crédito concedido ao setor privado não financeiro, implicando uma maior exigência nos critérios de concessão de empréstimos, traduzindo-se, entre outros e no caso das empresas, na redução do montante dos empréstimos ou linhas de crédito e o reforço das garantias exigidas.

Face ao aumento do risco sistémico, os bancos portugueses tiveram de reforçar os seus rácios de capital, por força da reavaliação, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana, especialmente tratando-se de dívida helénica. Esta necessidade de reforço de capitais e o “estrangulamento” da liquidez no mercado financeiro, condicionaram a política de distribuição de resultados, promovendo a incorporação de reservas à distribuição de dividendos.

A alienação de ativos constitui outra da forma de reforço da solvabilidade das instituições, contudo, no atual contexto de incerteza a alienação de ativos poderá não ser concretizada nas condições mais favoráveis, podendo mesmo em alguns casos levar ao reconhecimento de perdas. O facto da desalavancagem se estar a verificar simultaneamente em vários sistemas bancários da área do euro poderá ser uma fonte adicional de risco.

Adicionalmente, um outro fator de risco para a desalavancagem da banca portuguesa é, de facto, a necessidade de a mesma poder ter que assegurar o financiamento do setor público que acarreta riscos acrescidos por via do efeito de crowding-out sobre o crédito concedido ao setor privado e conseqüente impacto sobre a atividade económica.

A necessidade de melhorar rácios de capital traduziu-se em critérios de concessão de empréstimos ao

setor privado não financeiro mais restritivos, especialmente no decorrer do quarto trimestre do ano, com especial incidência no caso dos empréstimos ou linhas de crédito a empresas.

No curto prazo, o processo de ajustamento do balanço dos bancos, num contexto mais abrangente de correção dos desequilíbrios estruturais da economia, deverá continuar a condicionar negativamente a evolução da atividade e rentabilidade do sistema bancário português. Contudo, um processo de desalavancagem ordenado e gradual, que permita atingir uma estrutura de financiamento mais sustentável no médio prazo, deverá facilitar o recesso aos mercados internacionais de dívida por grosso e reforçar a capacidade do sistema bancário para continuar a financiar os setores mais produtivos da economia.

No ano que finda, assistiu-se a uma redução da procura por parte das empresas e que para a qual terá contribuído as menores necessidades de financiamento para investimento. A procura verificada, focou-se em torno de necessidades de financiamento para reestruturação da dívida e para reforços de liquidez. Em termos de distribuição do crédito concedido pela banca em 2011, cerca de 54% foi absorvido pelas grandes empresas, enquanto as PME concentraram cerca de 33% do financiamento total.

O crédito malparado manteve uma trajetória de crescimento, sendo que dos 11,5 mil milhões de empréstimos incobráveis que a banca totalizava, no final de 2011, cerca de 60% refere-se a incumprimentos das empresas.

Neste contexto, as Linhas PME Investe, pelo facto de reduzirem consideravelmente o risco assumido pelos bancos no crédito que concedem, continuaram a ter um papel preponderante na possibilidade das PME acederem a financiamentos.

O acesso ao financiamento é fundamental para a sustentabilidade das empresas portuguesas, de forma a dirimir as necessidades diárias quer de liquidez, quer da necessidade de realização de investimentos. A dimensão das empresas continua a condicionar a facilidade à obtenção ao crédito e, de acordo com os dados do endividamento do setor não financeiro, divulgados pelo Banco de Portugal, a dívida das PME é a que assume um maior peso no total da dívida, particularmente as microempresas (os setores da construção e imobiliário, lideram esta estatística).

Num inquérito efetuado aos bancos portugueses sobre o mercado de crédito, foi prospetivado para 2012, a manutenção da aplicação de critérios mais restritivos na concessão de empréstimos a empresas e particulares, sendo que os bancos antecipam que a procura de empréstimos por parte das empresas permanecerá estável.

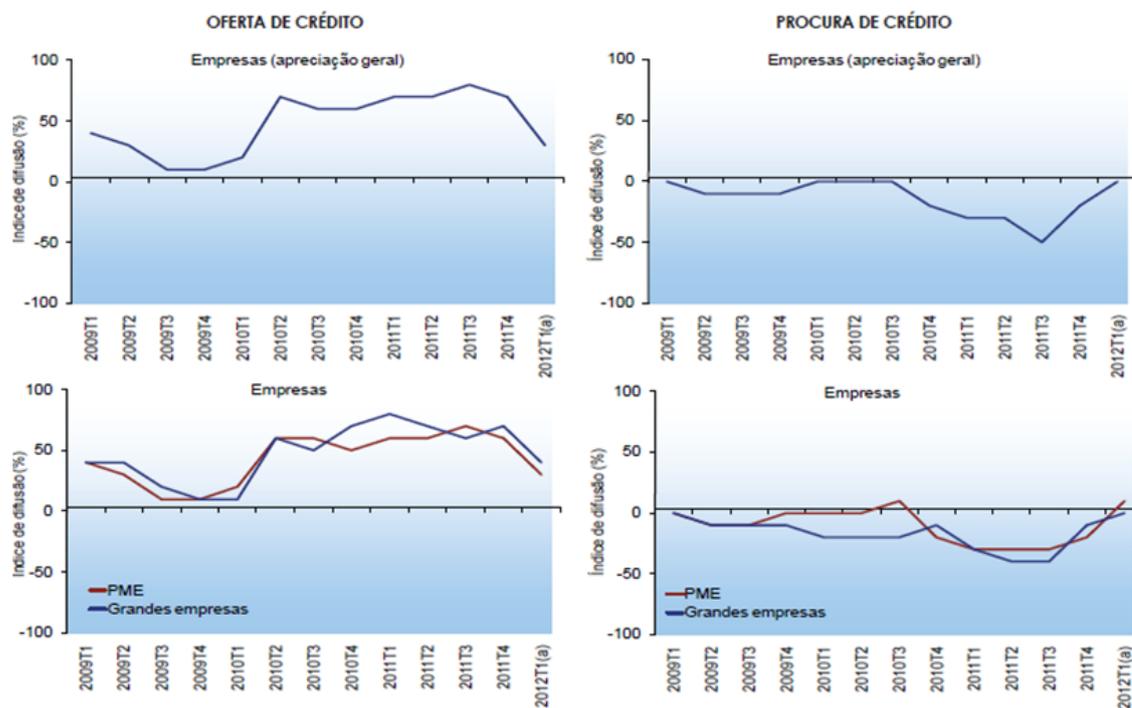


Figura 1: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas e Particulares *in* Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

Atividade

Enquadramento

Para o desempenho evidenciado pela Sociedade no exercício de 2011 em muito contribuiu a reorganização levada a cabo durante os anos anteriores, permitindo aumentar os níveis de eficiência e a capacidade de resposta da Garval. Esta reorganização foi complementada com o aumento do nível de recursos humanos e a melhoria dos meios materiais, nomeadamente quanto ao nível das plataformas informáticas.

Para além do recurso a entidades externas que têm vindo a prestar apoio ao nível de consultoria, a Sociedade tem beneficiado grandemente com o elevado grau de coordenação que regista o Sistema Nacional de Garantia Mútua, apresentando a todo o momento os seus contributos numa perspetiva de desenvolvimento integrada.

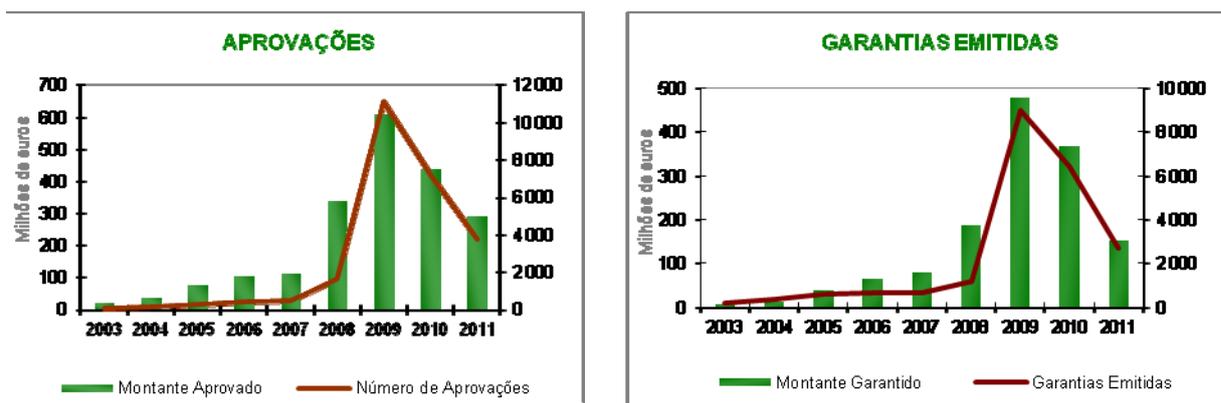
Apresentando um escrupuloso cumprimento do mandato existente, a Sociedade apresentou um crescimento relevante dos seus recursos humanos, com uma taxa de redimensionamento de 10,0% relativamente a 2010. Apenas através do crescimento orgânico se tornou possível responder ao aumento do nível de procura que se registou e aos desafios de gestão de uma carteira que cresceu exponencialmente desde 2008, sobretudo ao nível do acompanhamento de empresas.

Tendo em particular atenção a conjuntura adversa que se coloca sobre a economia e que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Tratou-se, na realidade, da continuidade de uma política iniciada em anos anteriores, que pretende proteger o Balanço da Garval face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida principalmente como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados sobre a carteira de garantias.

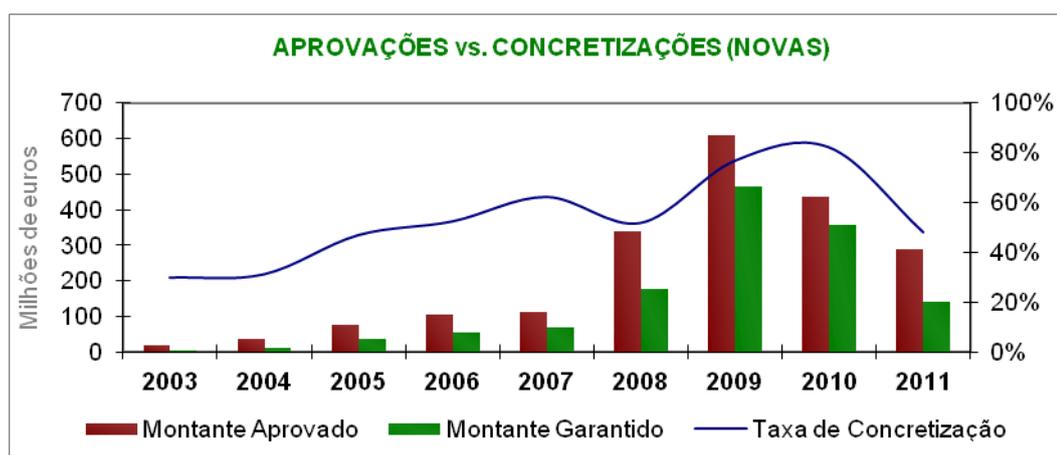
Para além da constituição de Provisões Económicas, realizadas em conformidade com a perceção da deterioração da qualidade da carteira de crédito, a Garval constituiu provisões anti ciclo que se destinam a refletir no Balanço da Sociedade o impacto do potencial de degradação da conjuntura económica.

Atividade Desenvolvida

Em 2011 a Garval prestou 2 581 garantias novas, que ascenderam a um total de 139,8 milhões de euros. Acrescem a estas 101 renovações de garantias que ascenderam a 12,7 milhões de euros. O valor médio de garantias situou-se em 56,9 mil euros, o que representa um crescimento de 1,25 % face ao ano anterior. No mesmo período foram aprovadas 3 720 garantias e *plafonds* de garantias, no montante de 289,2 milhões de euros.



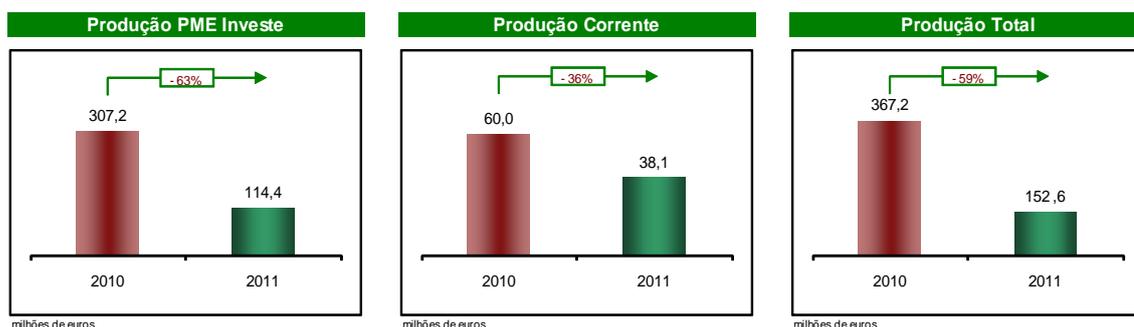
Desde o início de atividade da Garval em 2003, o acumulado das garantias emitidas ascendeu 1 315 milhões de euros. Fruto da intervenção nas Linhas PME Investe, em particular nas sub linhas MPE, a taxa de concretização foi em 2011 de 48% do total de operações aprovadas.



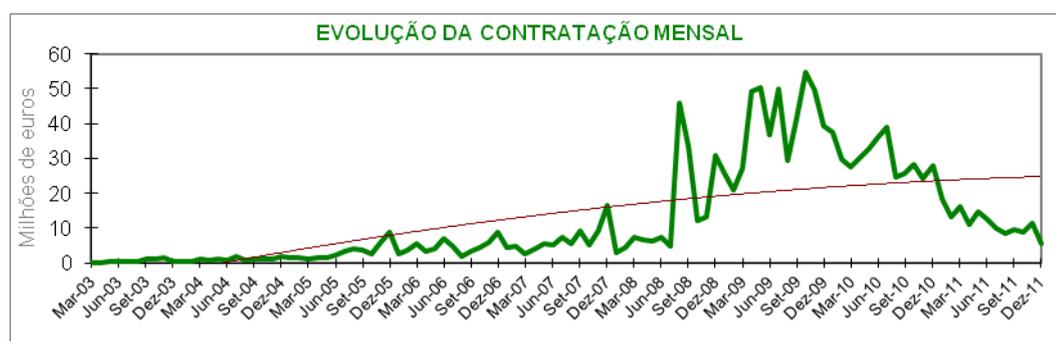
Como já foi oportunamente referido, o desempenho da sociedade no ano de 2011 deveu-se sobretudo à intervenção nas linhas PME Investe, embora em menor volume que no ano de 2010. Apesar do decréscimo dos montantes garantidos (-50%), o peso da contratação PME Investe continua a ser muito significativo e deveu-se principalmente à Linha PME Investe VI - Aditamento. O montante de garantias emitidas ao abrigo destas linhas atingiu 114,4 milhões de euros em 2011, representando

81,9% do total de operações contratadas.

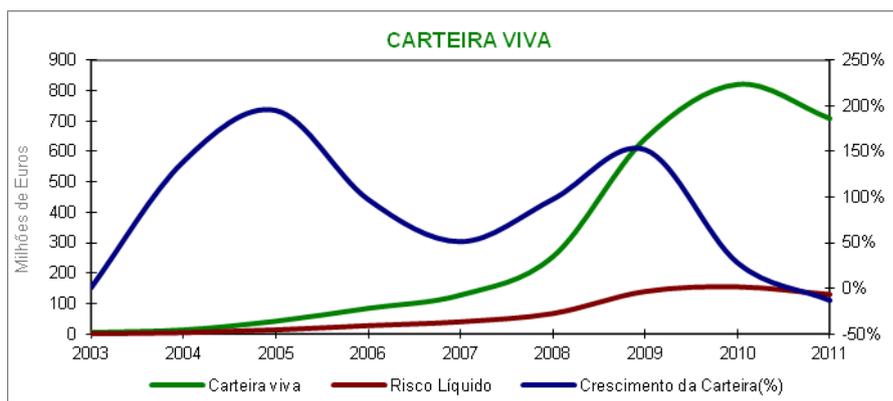
Importa ainda referir que a produção corrente da sociedade, excluindo a atuação ao abrigo das Linhas PME Investe apresentou um peso de 18,9% do volume total de garantias emitidas (em 2010 havia sido de 16,3%), pese embora o consumo de recursos a que continua obrigar a participação nas referidas linhas. Tal representa também a evidência do compromisso da Garval em prestar apoio às empresas do seu âmbito de atuação, em particular numa conjuntura de constrangimentos no acesso ao mercado de crédito e na negociação de melhores condições de financiamento.



Apesar do decréscimo dos montantes contratados, a taxa de concretização tem vindo a evoluir de uma forma crescente. Em 2011, como era espectável pela conjuntura e diminuição do fluxo das linhas PME Investe, verifica-se um decréscimo da taxa de concretização, mas que se mantém muito perto dos valores de 2008, ano que antecede a abertura das linhas referidas, permitindo afirmar que a prospeção e análise de novas operações, tem vindo a tornar-se cada vez mais eficiente e produtiva, ao longo de todo o processo.



Verificou-se em 2011 um decréscimo de 13,7% da carteira viva de garantias face ao período homólogo. No final de 2011 a contragarantia média da carteira situava-se em 81,5%.

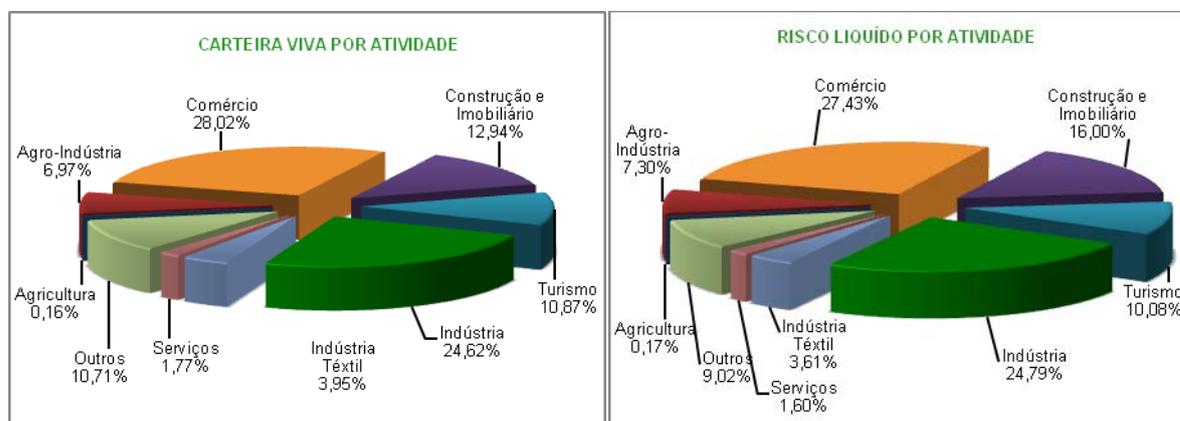


Da desagregação da carteira por atividade verifica-se uma maior intervenção junto do setor do Comércio, que corresponde a 28,0% do montante garantido, apresentando um valor de garantia média na ordem dos 29,6 mil euros. Este setor apresenta também a maior concentração em termos de número de garantias vivas (37,1%).

O setor da Indústria assume também uma posição de relevo, representando 24,6% da carteira viva, com uma garantia viva média de 61,6 mil euros.

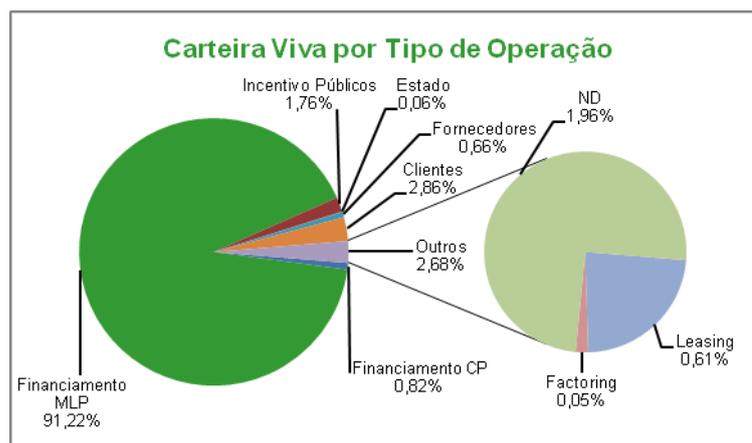
O setor da Construção e Imobiliário representa 12,94% da carteira viva. No entanto, no que respeita ao número de garantias vivas este setor de atividade representa 19,6% do total de garantias, sendo a seguir ao setor do Comércio, o que assume maior representatividade. Neste setor os *plafonds* de garantias de Boa Execução representam 21,0% em termos de montante vivo e 37,9% em termos de número de garantia. Excluindo este tipo de garantias a exposição total a este setor é de 10,2%, ou seja 11,4 milhões de euros, representando o risco líquido 8,7%

O setor do Turismo também tem um peso significativo na carteira, representando 10,78% do montante total da carteira viva, e 11,55% do número de garantias vivas. A garantia média neste setor é cerca de 36,9 mil euros.

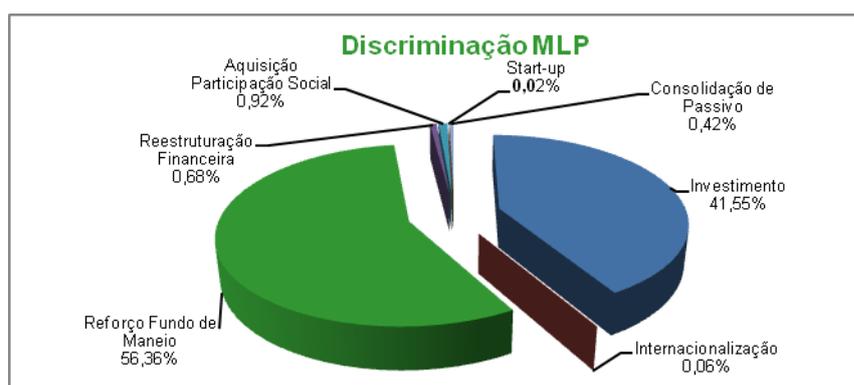


No que concerne ao montante de garantia vivo por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenção em financiamentos de médio/longo prazo, com 17 449 garantias, que representam 91,32% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias é de 37,1 mil euros.

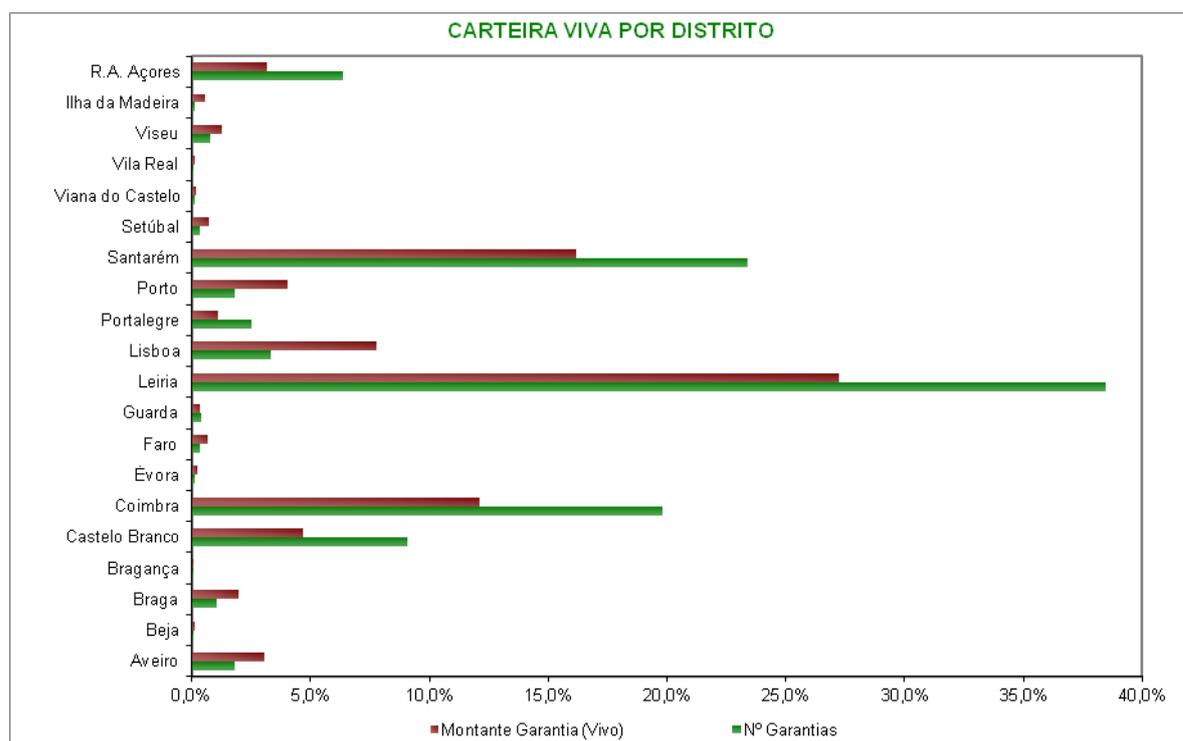
De seguida, apenas se destaca a intervenção através de *plafonds* boa execução, com 1 346 garantias, representando 7,04% do número total de garantias vivas. O valor médio destas garantias ronda os 14,8 mil euros.



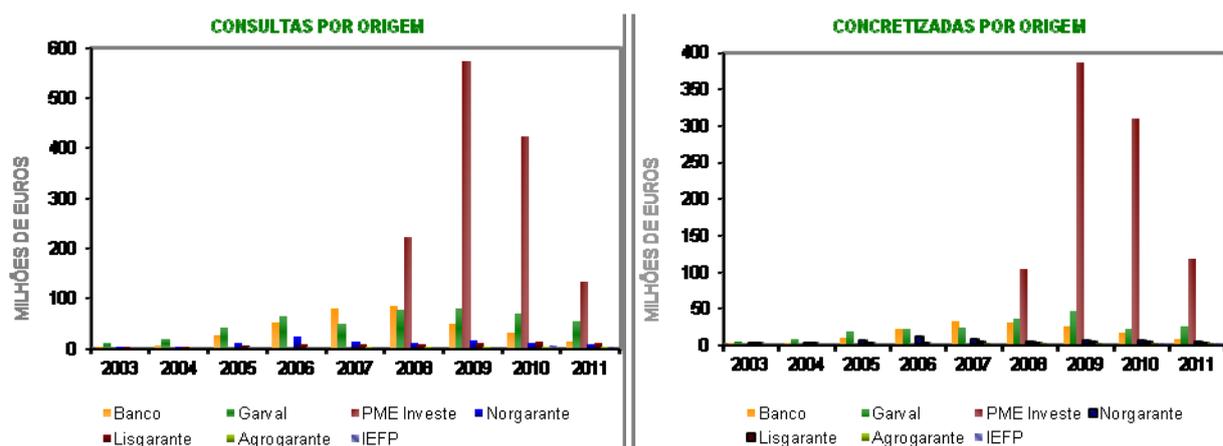
Regista-se uma elevada concentração da carteira em operações de médio/longo prazo para Reforço de Fundo de Maneio e Investimento (89,3% do total da carteira), tendo uma representatividade de 51,4% e 37,9%, respetivamente.



Constata-se uma clara concentração do montante e número de garantias emitidas nos distritos onde estão situadas as agências da Garval, pela proximidade às empresas, prescritores de negócio e demais parceiros. O distrito de Castelo Branco e a R. A. dos Açores, ainda que não possuam agências, apresentam uma posição relevante quer em número quer em montante vivo de garantia.

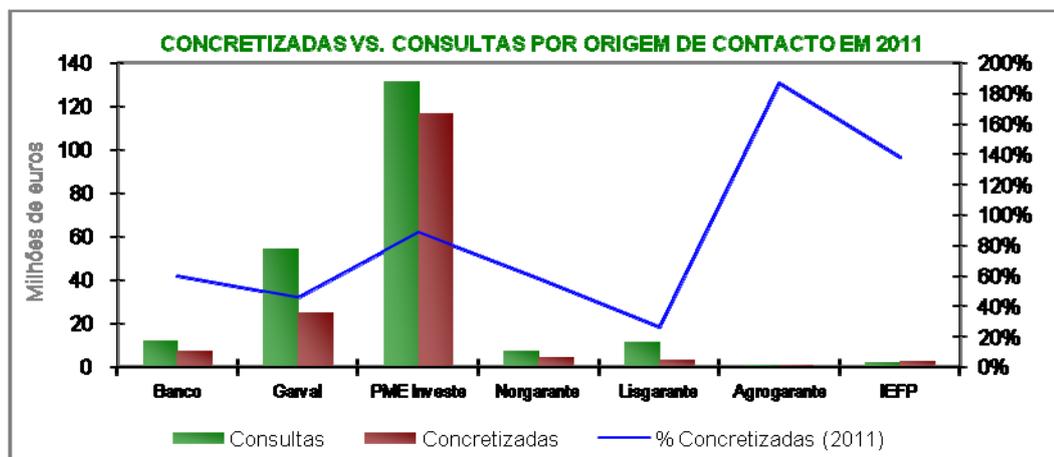


Por origem de consulta é visível a preponderância que continua a existir em 2011 das operações apresentadas no âmbito das linhas PME Investe. Todavia, sem deixar de ter em conta a necessidade de alocar a quase totalidade dos recursos, durante grande parte do exercício, na resposta às solicitações destas linhas, é visível o esforço de manutenção da contratação de operações captadas diretamente junto das empresas.

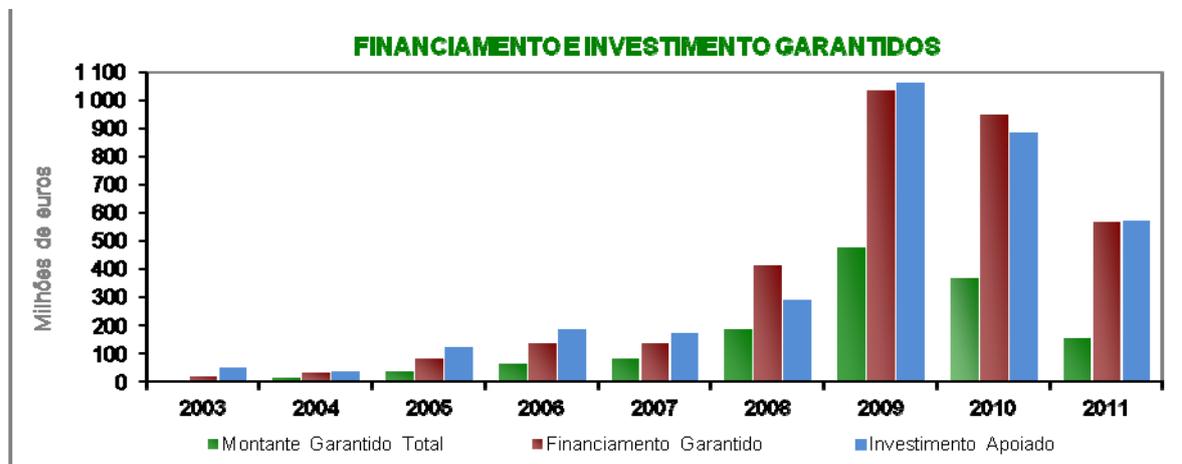


O crescimento do segmento de captação própria, em que a Garval assume o papel de interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente do papel de representação institucional da Garval junto

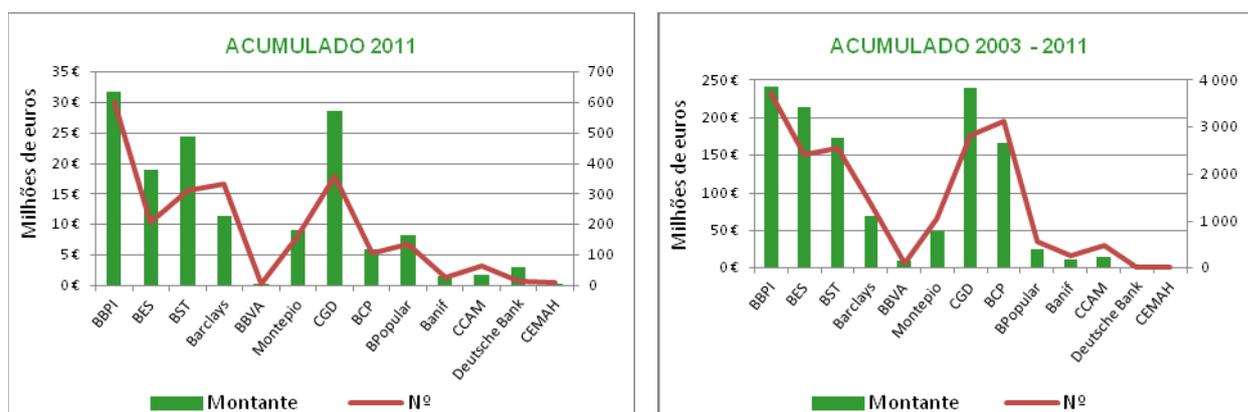
desses mesmos Bancos.



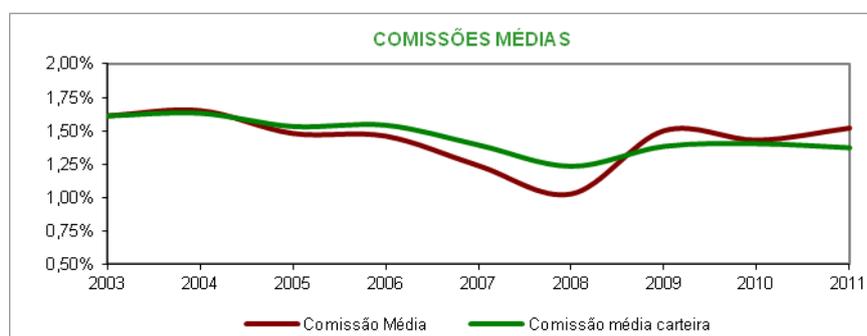
As garantias emitidas em 2011 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 569,1 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem de 569,2 milhões de euros. Desde o início de atividade a Garval já garantiu 3 361 milhões de euros de financiamento. O investimento diretamente apoiado através da nossa intervenção situa-se num acumulado de 3 370 milhões de euros.



Ao nível da atividade desenvolvida no financiamento das empresas em colaboração com Bancos, em 2011 o BPI foi o parceiro mais representativo, seguindo-se a CGD, Banco Santander Totta, Banco Espírito Santo, Barclays e Montepio. Destaca-se a evolução positiva do Barclays que deu assim continuidade ao crescimento verificado no ano anterior.



A comissão média de garantia no final do exercício de 2011 é de 1,52%, registando um acréscimo de 0,09 p.p. face ao verificado em 2010 (1,43%).



As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de Contra Garantia Mútuo (FCGM), num montante que assume no mínimo 50% do capital garantia. A carteira viva em 2011 ascendeu aos 709 milhões de euros, apesar de ter decrescido, como esperado face a 2010, verifica-se um crescimento de 8,87% face a 2009.

COBERTURA									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Cobertura FCGM	56,60%	58,00%	64,50%	65,70%	67,97%	72,92%	77,05%	80,96%	81,47%
Crescimento Carteira	-	139,00%	195,40%	97,50%	49,03%	100,26%	155,53%	26,08%	-13,65%
Crescimento Cobertura	-	144,90%	228,90%	101,20%	53,36%	114,84%	170,00%	32,48%	-13,10%

Evidencia-se a tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia assume em 2011, 81,5% da carteira sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Garval de 18,5%. A alavancagem líquida sobre o Capital Social da Garval situou-se em 2,63.

ALAVANCAGEM									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Carteira viva	229,00%	548,00%	721,00%	1423,00%	1060,54%	1274,31%	1860,74%	1642,17%	1418,07%
Contragarantia FCGM	130,00%	318,00%	465,00%	936,00%	720,86%	929,21%	1433,62%	1329,48%	1155,33%
Risco Líquido	100,00%	230,00%	256,00%	488,00%	339,68%	345,10%	427,12%	312,69%	262,74%

No final de 2011 a Garval detinha 11 505 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo acionista. Refira-se ainda o reduzido número de solicitações para alienação de ações por parte de empresas que já liquidaram as suas responsabilidades para a Garval, contribuindo para um efeito de recorrência que se apresenta crescente e atesta o grau de satisfação dos utilizadores.

DADOS DE ATIVIDADE 2011	
Novos Mutualistas	1590
Total de Mutualistas	11505
Comissão média do ano	1,52%
Comissão média carteira	1,37%



Gestão de Riscos

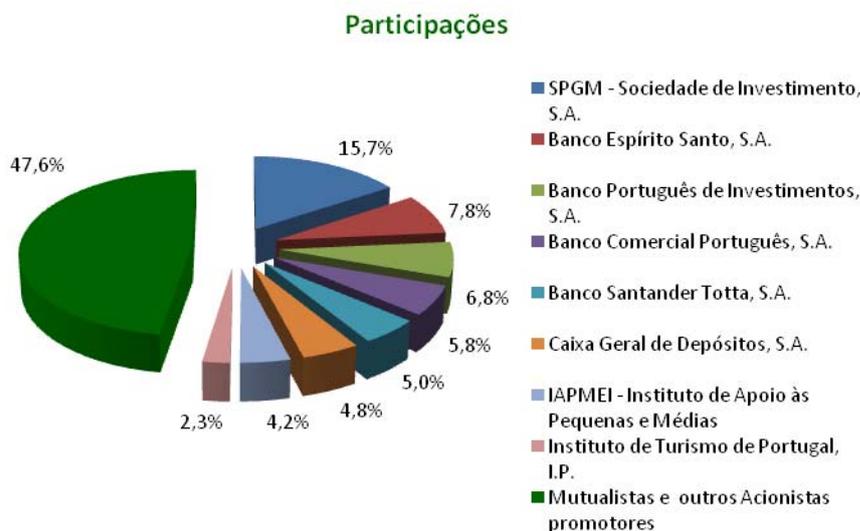
A função de gestão de riscos da Garval é efetuada de forma centralizada pelo Departamento de Gestão de Risco (DGR), abrangendo a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes de modo a que os mesmos se mantenham a níveis adequados não afetando a sua solvabilidade. Dada a natureza da sua atividade o risco de crédito reveste-se devido à sua materialidade, de uma importância especial, no entanto a Garval faz o acompanhamento de todos os riscos a que se encontra exposta nomeadamente o risco operacional, de compliance e reputacional.

Ao nível do risco de crédito tem sido seguida pela Garval uma política de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de garantias, que abrange todos os clientes tanto no momento da concessão de crédito como na monitorização do risco ao longo da vida das garantias. Pela sua importância estratégica, a gestão de renegociações e recuperações é uma atividade à qual a Garval atribui uma importância fundamental privilegiando a solução negocial, de modo a que a normal relação com o cliente possa ser alcançada no menor tempo possível. Caso a solução negocial não seja possível, a área de recuperações procurará recuperar os créditos recorrendo à via judicial.

Embora com relevância inferior ao risco de crédito, a gestão do risco operacional assume também alguma importância para a Garval, que baseia a gestão deste risco na identificação, medição, avaliação e controlo e mitigação do respetivo risco com vista à gestão integral e efetiva do assente num melhor conhecimento dos processos internos.

Participações

A Garval é participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Instituto de Turismo de Portugal, I.P., pela SPGM, bem como por várias instituições bancárias como o BES, BBPI, BCP, BST e a CGD tal como representado no gráfico abaixo.



Solvabilidade

Os requisitos de fundos próprios da sociedade são calculados no enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método padrão para risco de crédito e do indicador básico para o risco operacional. Em 31 de Dezembro de 2011 o rácio de solvabilidade da Garval situava-se em 19,5% consideravelmente acima dos níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal.

Rubricas	2011	2010	Varição
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	49 397 486 €	46 877 604 €	2 519 882 €
Fundos próprios de base	49 134 375 €	46 674 000 €	2 460 374 €
Capital elegível	50 000 000 €	50 000 000 €	0 €
Reservas e Resultados elegíveis	-510 636 €	-2 906 105 €	2 395 468 €
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	-354 989 €	-414 314 €	59 325 €
Fundos próprios complementares	263 111 €	203 604 €	59 508 €

Rubricas	2011	2010	Varição
Requisitos de fundos próprios	20 317 135 €	22 512 130 €	-2 194 995 €
Requisitos de fundos próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transações incompletas	18 765 546 €	21 450 842 €	-2 685 296 €
Método Padrão	18 765 546 €	21 450 842 €	-2 685 296 €
Instituições	10 419 100 €	11 472 919 €	-1 053 819 €
Carteira de retalho	7 084 354 €	9 006 981 €	-1 922 627 €
Posições garantidas por bens imóveis	158 033 €	82 460 €	75 573 €
Elementos vencidos	19 149 €	10 030 €	9 119 €
Outros elementos	1 168 957 €	987 239 €	181 718 €
(-) Provisões para risco gerais de crédito	-1 050 577 €	-1 359 847 €	309 269 €
Requisitos de fundos próprios para risco operacional	1 551 589 €	1 061 288 €	490 301 €
Método do Indicador Básico	1 551 589 €	1 061 288 €	490 301 €
Por memória:			
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	29 080 351 €	24 365 474 €	4 714 877 €
Rácio de Solvabilidade (%)	19,45%	16,66%	2,8%

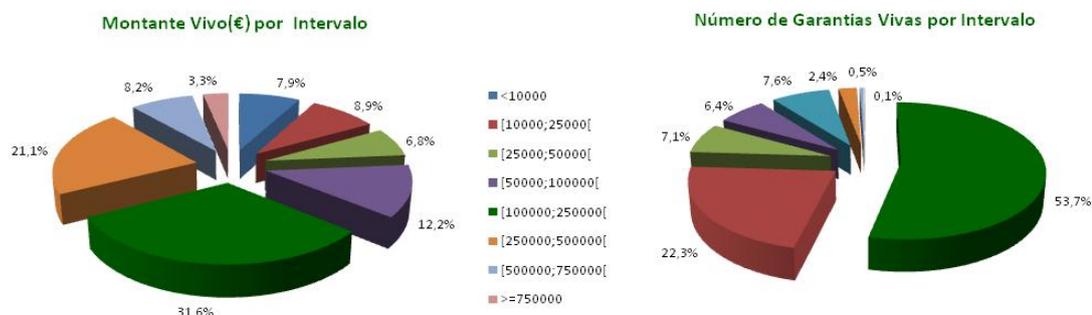
Os fundos próprios da Garval aumentaram cerca de 2 519 mil euros quando comparados com o exercício anterior. Ao nível dos requisitos de fundos próprios estes sofreram um decréscimo de cerca de 2 195 mil euros fruto da diminuição da carteira de garantias e respetiva contragarantia. O aumento dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional está diretamente relacionado com o aumento do resultado do exercício. A evolução do rácio de solvabilidade reflete o efeito combinado do aumento dos fundos próprios e diminuição dos requisitos de fundos próprios.

Análise de concentração

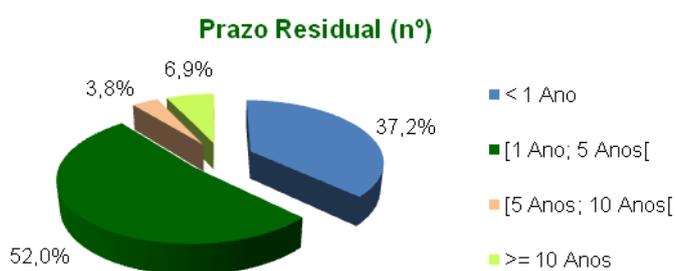
A carteira de garantias viva da Garval ascendeu, no final de 2011, a 709 milhões de euros. Sendo a Garval, à semelhança das outras sociedades integrantes do Sistema Nacional de Garantia Mútua, vocacionada para o apoio às PME, tem a sua carteira concentrada nesta tipologia de empresas, com cerca de 61% da mesma emitida a favor e a pedido de micro e pequenas empresas.



Esta orientação estratégica da sociedade é ainda visível na repartição da carteira viva por intervalo de montante de garantia viva. Em número, mais de 75% das garantias vivas têm valor vivo abaixo dos 25 mil euros, em termos de valor, as garantias no intervalo dos cem mil aos duzentos e cinquenta mil euros representa a maior parcela da carteira viva da sociedade.



Relativamente ao prazo de vencimento residual da carteira, mais de 50% da carteira tem prazo residual entre 1 e 5 anos.



Em termos de maturidade das empresas com garantias vivas à data de fecho de 2011, e apesar da sociedade apoiar os novos negócios (menos de 10 anos de existência), a pouca dimensão individual dessa garantias leva a que haja uma relativa concentração em empresas com bastante experiência de mercado (maturidade superior a 10 anos) o que em regra favorece a boa execução contratual.

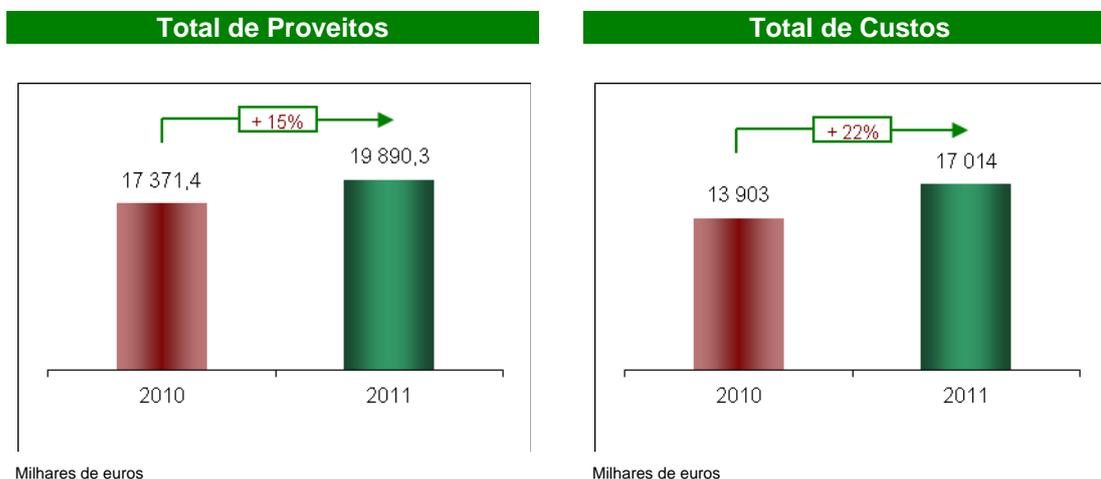


Da análise da maturidade da carteira de crédito vencido resulta a concentração relativa em crédito vencido há mais de um ano.

Análise económica e financeira

No exercício de 2011, a Garval obteve um resultado antes de impostos de cerca de 2,9 milhões de euros que corresponde a uma ligeira diminuição face ao exercício anterior e representa 14,5% do valor total dos proveitos apurados.

O total de Proveitos apresentou um crescimento de 15% face ao registado em 2010, tendo sido obtida receitas na ordem dos 19,89 milhões de euros. Esta evolução compara com a que se verificou nos Custos de exercício, que apresentam um aumento de 22% face ao ano anterior, com um total de 17,01 milhões de euros

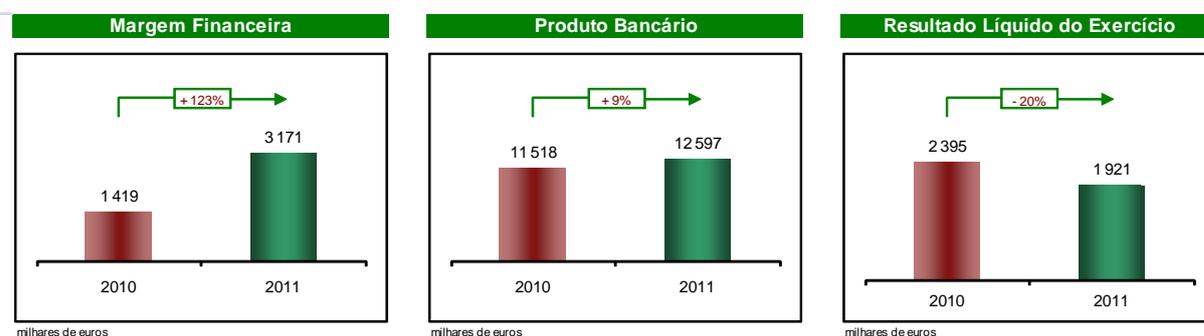


Os Impostos Correntes estimados ascendem a 2,3 milhões de euros tendo-se agravado, face a 2010, em 11,6% sendo parcialmente compensado pelo reconhecimento de Impostos Diferidos, que, em 2011, ascenderam a 1,4 milhões de euros.

Este procedimento resulta, desde o exercício de 2006, da adaptação da contabilidade da Garval à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2011, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e os impostos diferidos resultantes das novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um ativo ou passivo e o seu valor contabilizado, foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Assim, a Sociedade obteve um lucro líquido de 1,9 milhões de euros que, comparado com um lucro líquido positivo de 2,4 milhões de euros obtidos em 2010, representa uma diminuição de 474,4 mil

euros (-20%).

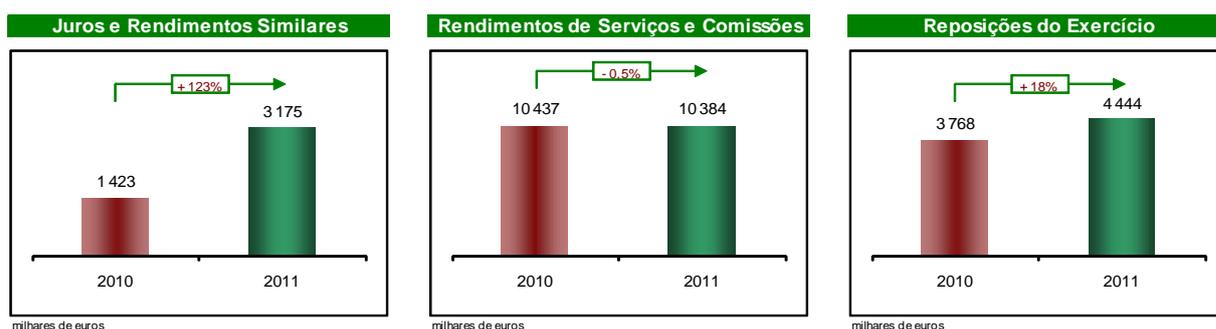


O produto bancário, no valor de 12,6 milhões de euros teve um ligeiro aumento – 9,37% - face ao ano anterior tendo contribuído de forma positiva o crescimento registado na margem financeira em cerca de 123%, face ao ano anterior. Contudo, este aumento foi em parte absorvido pela redução dos proveitos diretamente associados à atividade da Sociedade em resultado do abrandamento da atividade.

RESULTADO	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	.c.a. (%)
Total de Proveitos	19 890 336,17	100,0	17 371 377,32	100,0	2 518 958,85	14,5
Total de Custos	17 013 685,69	85,5	13 902 910,75	80,0	3 110 774,94	22,4
Resultado Antes de Impostos (1)	2 876 650,48	14,5	3 468 466,57	20,0	- 591 816,09	-17,1
Impostos correntes	- 2 318 845,96	-11,7	- 2 078 707,68	-12,0	- 240 138,28	11,6
Impostos diferidos	1 363 275,13	6,9	1 005 709,44	5,8	357 565,69	35,6
Resultado do Exercício	1 921 079,65	9,7	2 395 468,33	13,8	-474 388,68	-19,8

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2011, 19,9 milhões de euros, refletindo um aumento de 14,5% quando comparado com o exercício anterior com as componentes com impacto financeiro - nomeadamente os Rendimentos de Serviços e Comissões e os Juros e Rendimentos Similares – a representarem cerca de 68,2% no seu conjunto.



A rubrica Rendimentos de Serviços e Comissões representa 52,2% do total dos proveitos, registando um decréscimo de 0,5% face ao ano anterior em virtude do já mencionado abrandamento da atividade da Sociedade. Quanto à rubrica Juros e Rendimentos Similares, registou-se um crescimento significativo devido à obtenção de melhores taxas de remuneração dos capitais aplicados nas Instituições de Crédito.

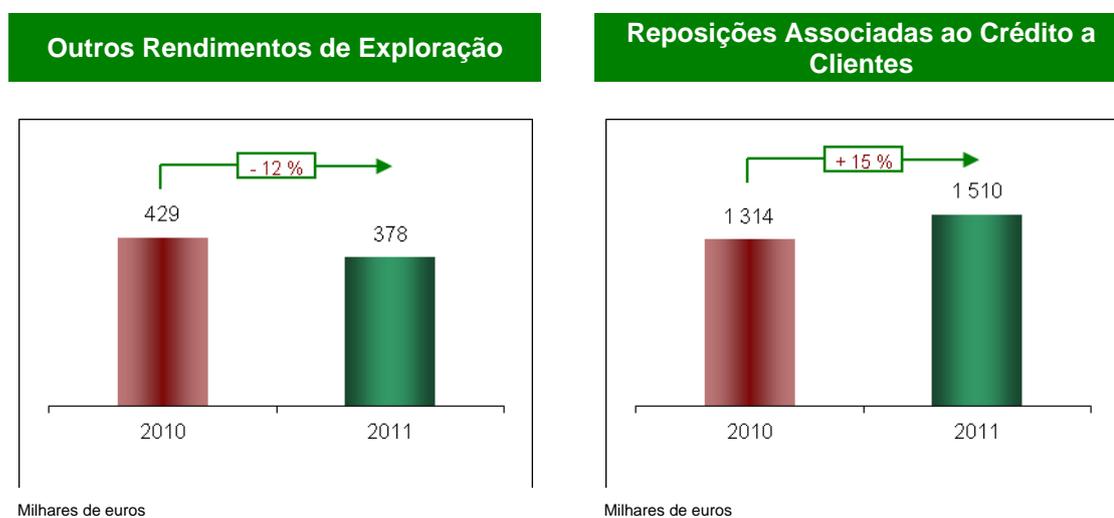
Para além das componentes financeiras, contribuíram para o crescimento dos proveitos o aumento das Reposições e Anulações das Provisões (675,7 mil euros) associada ao aumento das reposições das provisões anticiclo e das Reposições Associadas a Créditos a Clientes (196,4 mil euros).

PROVEITOS	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	3 174 833,95	16,0	1 423 409,05	8,2	1 751 424,90	123,0
Rendimentos de Serviços e Comissões	10 383 561,16	52,2	10 437 128,86	60,1	- 53 567,70	-0,5
Outros Rendimentos de Exploração	377 985,34	1,9	428 998,87	2,5	- 51 013,53	-11,9
Reposições e Anulações de Provisões	4 443 662,39	22,3	3 767 933,56	21,7	675 728,83	17,9
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	1 510 293,33	7,6	1 313 906,98	7,6	196 386,35	14,9
TOTAL	19 890 336,17	100,0	17 371 377,32	100,0	2 518 958,85	14,5

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo das Reposições Associadas ao Crédito a Clientes é, em parte, explicado pela recuperação de valores de crédito totalmente provisionados a 31 de Dezembro de 2010, e ainda justificado pelas reposições de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em anos anteriores. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efetivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2011. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efetuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões

aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.



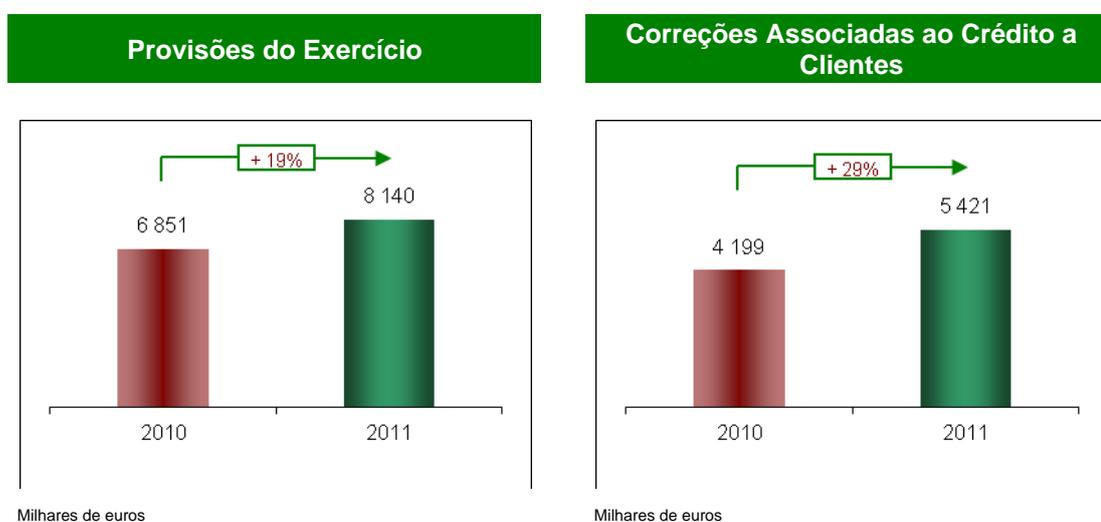
O decréscimo de 12% relativamente ao exercício anterior verificado na rubrica de Outros Rendimentos de Exploração está relacionado com outros proveitos operacionais onde se incluem as comissões de serviço (comissão de renovação, montagem, emissão, alterações contratuais).

GARANTIAS	Ano 2009		Ano 2010		Ano 2011		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
POE 50%	51 216 178,05	7,97	49 120 763,82	5,98	50 719 794,97	7,15	1 599 031,15	3,3
POE 75%	2 146 289,68	0,33	2 743 636,50	0,33	2 980 036,45	0,42	236 399,95	8,6
INTERNACIONALIZAÇÃO	250 000,00	0,04	209 580,07	0,03	169 160,15	0,02	40 419,92	-19,3
POE FEI II 75%	17 696 121,38	2,75	9 831 839,41	1,20	5 262 879,76	0,74	4 568 959,65	-46,5
LVT 75%	5 288 805,22	0,82	4 443 298,15	0,54	3 219 557,59	0,45	1 223 740,56	-27,5
LVT 85% PRASD	16 370 141,53	2,55	14 675 777,58	1,79	13 122 436,69	1,85	1 553 340,89	-10,6
FINCIA - EXO II	1 599 591,04	0,25	934 706,19	0,11	641 367,27	0,09	293 338,92	-31,4
FINCIA - EXO III	407 625,33	0,06	327 492,20	0,04	235 380,65	0,03	92 111,55	-28,1
FINCIA - Early Stage/Start Up	83 375,00	0,01	58 907,39	0,01	28 471,79	0,00	30 435,60	-51,7
POE/PRIME 75%	80 233 666,51	12,48	83 279 806,17	10,14	75 436 179,18	10,64	7 843 626,99	-9,4
ENSINO SUPERIOR	855 399,96	0,13	905 399,96	0,11	1 035 399,96	0,15	130 000,00	14,4
QREN - PME INVESTE	85 142 644,26	13,24	62 851 910,94	7,65	37 364 426,42	5,27	25 487 484,52	-40,6
QREN - PME INVESTE II	71 702 820,44	11,15	59 819 914,27	7,29	38 198 078,68	5,39	21 621 835,59	-36,1
RAM - PME MADEIRA	75 000,00	0,01	60 000,00	0,01	45 000,00	0,01	15 000,00	-25,0
QREN - PME INVESTE III - Exportadores	45 832 974,98	7,13	41 727 190,21	5,08	30 799 526,13	4,34	10 927 664,08	-26,2
QREN - PME INVESTE III - Automóvel	4 785 934,67	0,74	5 240 119,12	0,64	3 381 906,48	0,48	1 858 212,64	-35,5
QREN - PME INVESTE III - Turismo	10 656 667,86	1,66	21 531 843,49	2,62	18 053 521,75	2,55	3 478 321,74	-16,2
QREN - PME INVESTE III - Micro P. Empresas	82 905 466,10	12,90	51 614 623,62	6,29	14 060 958,50	1,98	37 553 665,12	-72,8
RAM - PME Açores - Exportadores	72 321,43	0,01	61 607,15	0,01	0,00	0,00	61 607,15	-100,0
RAM - PME Açores - Médias Empresas	2 058 750,00	0,32	2 147 604,16	0,26	0,00	0,00	2 147 604,16	-100,0
RAM - PME Açores - Turismo	307 142,86	0,05	429 481,46	0,05	0,00	0,00	429 481,46	-100,0
RAM - PME Açores - Micro P. Empresas	12 103 732,95	1,88	9 123 833,50	1,11	0,00	0,00	9 123 833,50	-100,0
QREN - PME INVESTE II - 90%	375 000,00	0,06	1 052 884,63	0,13	1 466 570,52	0,21	413 685,89	39,3
QREN - PME INVESTE III - Exportadores - 90%	7 172 196,63	1,12	6 126 317,80	0,75	4 062 534,60	0,57	2 063 783,20	-33,7
QREN - PME INVESTE III - Turismo - 90%	7 649 703,13	1,19	17 479 506,85	2,13	14 030 128,23	1,98	3 449 378,62	-19,7
Seguros Crédito	13 900 000,00	2,16	15 491 096,99	1,89	13 900 000,00	1,96	1 591 096,99	-10,3
QREN - PME INVESTE III - Automóvel - 90%	350 000,00	0,05	1 119 791,66	0,14	1 015 104,16	0,14	104 687,50	-9,3
QREN - SECTOR CORTIÇA	2 602 647,10	0,40	3 094 712,04	0,38	1 618 499,17	0,23	1 476 212,87	-47,7
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores	44 783 550,84	6,97	88 336 818,02	10,76	72 142 962,99	10,17	16 193 855,03	-18,3
QREN - PME INVESTE IV - Micro P. Empresas	56 338 234,00	8,76	64 457 654,60	7,85	31 068 362,75	4,38	33 389 291,85	-51,8
QREN - PME INVESTE IV - Exportadores (GE)	17 233 367,66	2,68	33 965 105,89	4,14	26 891 501,07	3,79	7 073 604,82	-20,8
RAA - Açores Empresas	0,00	0,00	2 455 053,24	0,30	2 050 331,45	0,29	404 721,79	-16,5
RAA - Açores Empresas - Micro P. Empresas	383 807,32	0,06	3 721 556,10	0,45	2 871 329,48	0,40	850 226,62	-22,8
FINCIA - EXO II - Reafetação	232 937,51	0,04	1 009 949,73	0,12	1 001 765,25	0,14	8 184,48	-0,8
FINCIA - EXO III - Reafetação	5 371,19	0,00	80 505,63	0,01	165 733,82	0,02	85 228,19	105,9
FINCIA - Early Stage/Start Up - Reafetação	18 750,00	0,00	57 972,24	0,01	295 652,32	0,04	237 680,08	410,0
IEFP - Financiamentos	0,00	0,00	1 344 137,25	0,16	2 740 083,52	0,39	1 395 946,27	103,9
RAM - Recuperação Empresarial	0,00	0,00	310 501,80	0,04	310 501,80	0,04	-	0,0
QREN - PME INVESTE V - MPE	0,00	0,00	24 607 646,77	3,00	17 283 815,01	2,44	7 323 831,76	-29,8
QREN - PME INVESTE V - Geral	0,00	0,00	28 353 133,31	3,45	24 483 908,21	3,45	3 869 225,10	-13,6
QREN - PME INVESTE V - Geral Nova	0,00	0,00	18 538 104,24	2,26	15 481 809,36	2,18	3 056 294,88	-16,5
QREN - PME INVESTE VI - MPE	0,00	0,00	26 082 431,07	3,18	23 372 401,02	3,30	2 710 030,05	-10,4
QREN - PME INVESTE VI - Geral	0,00	0,00	49 877 905,69	6,07	70 844 779,02	9,99	20 966 873,33	42,0
QREN - PME INVESTE VI - Export	0,00	0,00	10 510 259,98	1,28	12 771 924,78	1,80	2 261 664,80	21,5
QREN - PME INVESTE VI - Export Nova	0,00	0,00	1 582 765,62	0,19	2 923 660,35	0,41	1 340 894,73	84,7
QREN INVESTE - Gar Partilh - até 1M	0,00	0,00	291 142,63	0,04	631 680,63	0,09	340 538,00	117,0
QREN Investe - Gar Partilh-sup 1M (GE)	0,00	0,00	0,00	0,00	540 672,56	0,08	540 672,56	0,00
QREN Investe - Financ-até 1M	0,00	0,00	0,00	0,00	360 181,90	0,05	360 181,90	0,00
QREN Investe - Financ-sup 1M	0,00	0,00	0,00	0,00	2 079 705,38	0,29	2 079 705,38	0,00
QREN Investe - Financ-até 1M(GE)	0,00	0,00	0,00	0,00	197 293,00	0,03	197 293,00	0,00
QREN Investe - Financ-sup 1M(GE)	0,00	0,00	0,00	0,00	1 771 128,10	0,25	1 771 128,10	0,00
QREN Investe-Garantia Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	442 206,34	0,06	442 206,34	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - MPE	0,00	0,00	0,00	0,00	9 011 492,94	1,27	9 011 492,94	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	12 440 069,00	1,75	12 440 069,00	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - Export	0,00	0,00	0,00	0,00	1 918 653,39	0,27	1 918 653,39	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - Export Nova	0,00	0,00	0,00	0,00	360 000,00	0,05	360 000,00	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - Geral90%	0,00	0,00	0,00	0,00	26 153 309,54	3,69	26 153 309,54	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - Export90%	0,00	0,00	0,00	0,00	3 831 922,16	0,54	3 831 922,16	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - ExpNov90	0,00	0,00	0,00	0,00	180 000,00	0,03	180 000,00	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Adit - MPE90%	0,00	0,00	0,00	0,00	420 977,63	0,06	420 977,63	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Geral 80%	0,00	0,00	0,00	0,00	689 784,12	0,10	689 784,12	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - MPE 80%	0,00	0,00	0,00	0,00	643 830,11	0,09	643 830,11	0,00
QREN - PMEInvesteV1 - Exp Nova 80%	0,00	0,00	0,00	0,00	56 250,00	0,01	56 250,00	0,00
Export Investe	0,00	0,00	0,00	0,00	100 000,00	0,01	100 000,00	0,00
RAA - PME Açores - Exportadores 92%	0,00	0,00	0,00	0,00	50 892,87	0,01	50 892,87	0,00
RAA - PME Açores - Médias Emp. 92%	0,00	0,00	0,00	0,00	1 396 496,16	0,20	1 396 496,16	0,00
RAA - PME Açores - Turismo 92%	0,00	0,00	0,00	0,00	300 978,70	0,04	300 978,70	0,00
RAA - PME Açores - Micro P. Emp. 92%	0,00	0,00	0,00	0,00	3 545 721,11	0,50	3 545 721,11	0,00
RAA - PME Açores II - PME	0,00	0,00	0,00	0,00	3 044 765,62	0,43	3 044 765,62	0,00
RAA - PME Açores II - Médias Emp.	0,00	0,00	0,00	0,00	240 000,00	0,03	240 000,00	0,00
IEFP - Microcréditos	0,00	0,00	0,00	0,00	1 080 000,00	0,15	1 080 000,00	0,00
TOTAL	642 836 214,63	100,00	821 086 289,14	100,00	709 035 452,56	100,00	- 112 050 836,58	-13,6

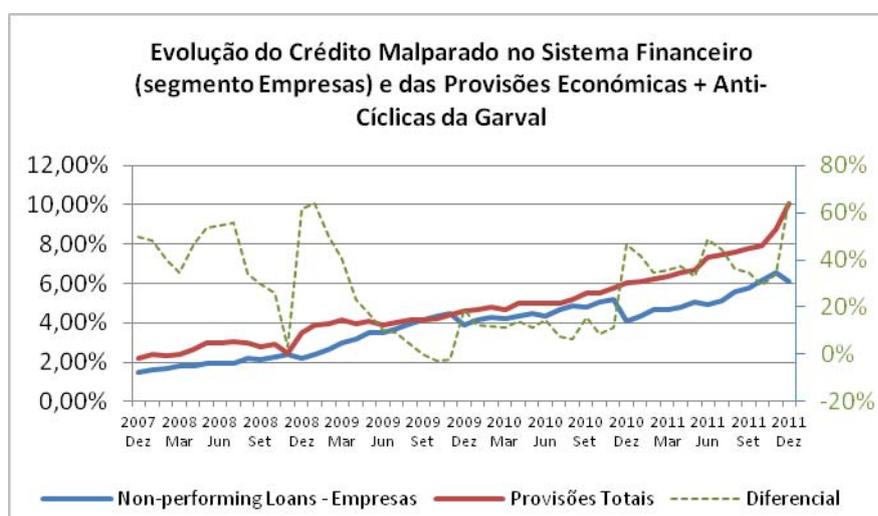
Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

A carteira de garantias vivas sofreu um decréscimo de 13,6% face a 2010 e continua a ser o resultado da diminuição da atividade comercial da Garval, que deriva sobretudo da desaceleração registada nas Linhas de Crédito PME Investe.

Os custos suportados em 2011, pela Garval, sofreram um aumento de cerca de 3,1 milhões de euros em relação aos custos incorridos em 2010. Esta variação foi fortemente influenciada pelo agravamento do valor das Provisões do Exercício (na ordem dos 1,3 milhões de euros) e do crescimento de 29,1% das Correções Associadas ao Crédito a Clientes. Estas duas rubricas, em conjunto, 13,6 milhões de euros, são responsáveis em grande parte pelo aumento dos custos acima mencionado.



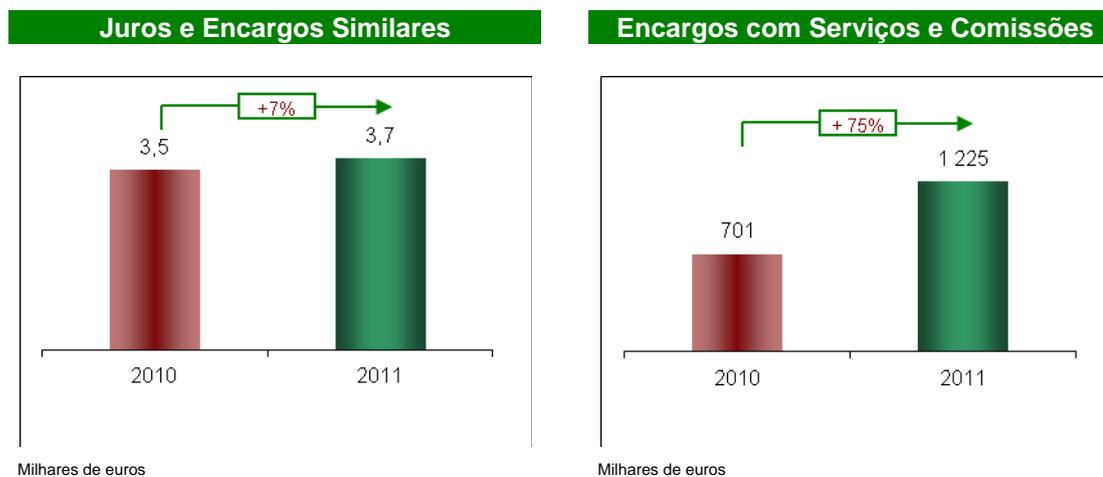
A Garval definiu como orientação estratégica a obtenção de um nível de provisionamento económico e anticiclo sobre a carteira líquida de contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) de 10%, o que conduziu a um reforço líquido de reposições, em cerca de 3,8 milhões de euros.



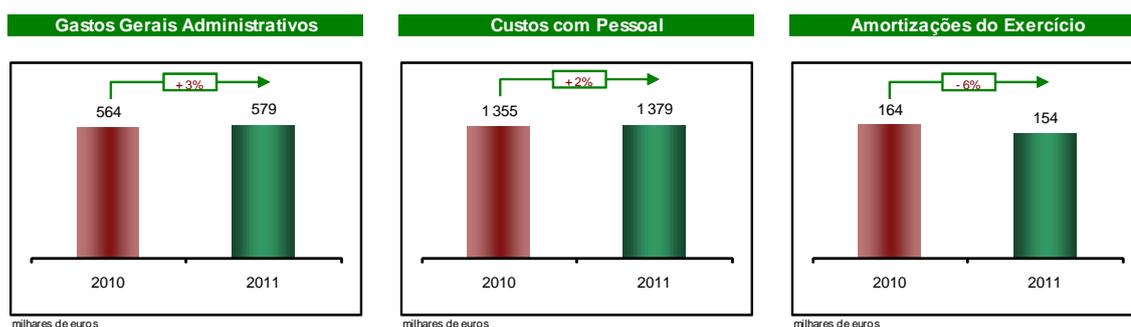
CUSTOS	2011		2010		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	3 738,87	0,0	3 502,96	0,0	235,91	6,7
Encargos com Serviços e Comissões	1 224 906,59	6,2	701 344,56	4,0	523 562,03	74,7
Gastos Gerais Administrativos	578 809,73	2,9	564 143,89	3,2	14 665,84	2,6
Custos com Pessoal	1 379 308,65	6,9	1 354 753,03	7,8	24 555,62	1,8
Amortizações do Exercício	154 400,53	0,8	163 799,91	0,9	- 9 399,38	-5,7
Outros Encargos de Exploração (2)	109 828,05	0,6	65 749,77	0,4	44 078,28	67,0
Imparidade de Outros Ativos	1 778,47	0,0		0,0	1 778,47	
Provisões do Exercício	8 139 724,55	40,9	6 850 741,46	39,4	1 288 983,09	18,8
Correções Associadas ao Crédito a Clientes	5 421 190,25	27,3	4 198 875,17	24,2	1 222 315,08	29,1
Total de Custos antes de Impostos	17 013 685,69	85,5	13 902 910,75	80,0	3 110 774,94	22,4

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

O crescimento em cerca de 523,6 mil euros da rubrica de Encargos com Serviços e Comissões decorre dos montantes contragarantidos pelo FCGM em 2010.



No seguimento dos ajustamentos organizacionais da Sociedade houve necessidade de reforçar a estrutura base da mesma, ficando tal refletido nas variações positivas ocorridas na rubrica Custos com Pessoal, de cerca de 24,6 mil euros. Regista-se a manutenção relativa dos custos de estrutura, nomeadamente Gastos Gerais Administrativos (+2,6%) e Custos com Pessoal (+ 1,8%).



Na rubrica Imparidade de Outros Ativos foi reconhecido o montante de 1,8 mil euros decorrente da diferença apurada do valor dos imóveis (entregues para reembolso de crédito), à data da avaliação, e o valor da dívida existente.

O valor do Ativo Líquido da Garval, em Dezembro de 2011, assume um valor de 68,8 milhões de euros, superior em cerca de 5,5 milhões de euros face a 2010. Este acréscimo evidencia-se no aumento da liquidez da Sociedade (cerca de 5,4 milhões de euros) o qual resulta, em parte, do reconhecimento de ativos por Impostos Diferidos (aumento de cerca de 1,4 milhões euros).

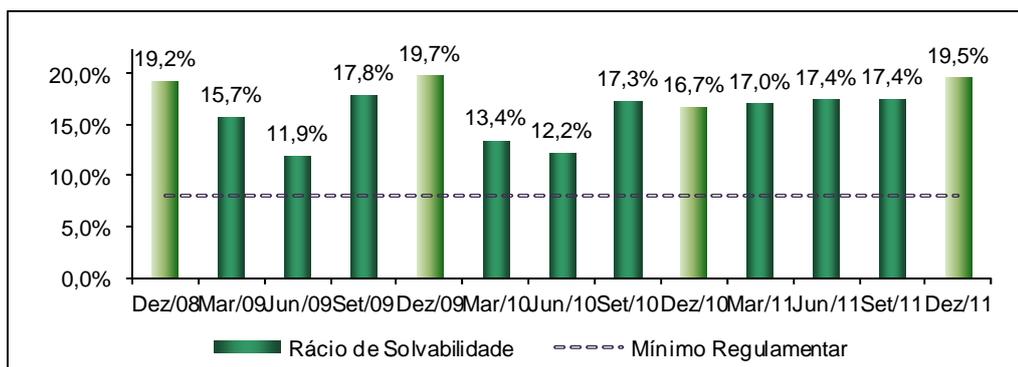
A redução da rubrica de Outros Ativos (aproximadamente 1,6 milhões de euros) resulta da melhoria da eficácia operativa na cobrança das comissões de garantia faturadas ao FINOVA, no quadro das linhas PME Investe.

Com um valor de Capitais Próprios de aproximadamente 51,4 milhões de euros, a Garval apresenta uma autonomia financeira de 74,74%.

É de assinalar que, das responsabilidades extrapatrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas acionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 709 milhões de euros, encontram-se diretamente contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo 577,7 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Garval ascendem a 131,3 milhões de euros.

A Garval apresenta um rácio de solvabilidade de 19,5%, rácio este que traduz a relação entre os fundos próprios e o total dos ativos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo seu risco, espelhando o atual indicador a adequabilidade dos fundos próprios da Garval para fazer face às responsabilidades assumidas.

Evolução do Rácio de Solvabilidade



Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades.

Política de Remunerações e Prémios

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efetivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os colaboradores da sociedade auferem o respetivo salário, podendo ser elegíveis para a atribuição de um prémio semestral de performance, nos termos de um modelo de avaliação definido, que contempla variáveis quantitativas e qualitativas. Por regra, só os colaboradores com mais de um ano de casa são elegíveis para prémios, e estes poderão atingir até um total anual de 2 meses de salário, sendo superiores apenas em casos absolutamente excecionais e analisados caso a caso entre as chefias respetivas e a Administração Executiva diária.

Durante o ano de 2011 não foram pagos prémios de performance aos colaboradores, por opção do Conselho de Administração, atenta a conjuntura e a envolvente da Sociedade.

Perspetivas futuras

O ano de 2011 confirmou uma conjuntura económica adversa e ficou marcado, no que respeita à atividade da Garval, pela participação nas Linhas PME Investe, que apresentou uma performance significativamente inferior ao que havia sido registado nos anos anteriores. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas será um dos focos de atuação da Sociedade.

Por outro lado, a expectativa de manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

A continuação das medidas de apoio governamental através da Linha PME Crescimento, bem como as Linhas de Crédito Açores Investe e Açores Empresas, para além de outras medidas entretanto já anunciadas, permitirão perspetivar um nível de atividade superior ao ano de 2011. Novamente a Sociedade terá o repto de responder com qualidade de serviço aos picos de procura que se farão sentir em prol da PME nacionais.

Para o ano de 2012 mantém-se como desafio à sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projetos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda dinamizar significativamente a base existente de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento de Pequenos Negócios.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição das Linhas PME Investe, que implicam elevados picos de produção. A aproximação direta ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Garval, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após sete anos de intervenção junto do mercado, a Garval procura continuar e reforçar a sua atividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de atividade é demonstrativa da

recetividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas. A Sociedade continuará a estudar a possibilidade de, a prazo, realizar a abertura de novas agências.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respetivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efetivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Acionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2011, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua. A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Ao IAPMEI, ao Turismo de Portugal, ao Gabinete do Gestor do QREN, ao Ministério da Economia e da Inovação, ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Governo Regional dos Açores, ao IDE da Madeira e à PME Investimentos, bem como aos Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME nacionais.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respetivas áreas de atuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Agrogarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na atividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português. Em particular se pretende relevar o esforço demonstrado na resposta às solicitações decorrentes das Linhas PME Investe, com manutenção de um padrão de qualidade de serviço elevado, que apenas se tornou possível através da dedicação revelada por toda a equipa.

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado positivo apurado no exercício de 2011, no valor de 1 921 079,65 €

i. Para reserva legal	€ 192 107,97
ii. Para fundo técnico de provisão	€ 287 665,05
iii. Para resultados transitados	€ 1 097 029,86
iv. Para reserva especial destinada à aquisição de ações próprias	€ 344 276,77

Santarém, 29 de fevereiro de 2012.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

José Ribeiro Vieira

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011

BALANÇO

	Nota(s)	2011		2010
		Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)
ATIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	4.1	2 750,00		2 750,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4.2	643 272,02		82 010,75
Ativos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.3	2 940,00		2 940,00
Aplicações em instituições de crédito	4.4	52 077 184,09		52 234 220,09
Crédito a clientes	4.5 e 4.12	11 503 352,59	11 270 422,85	128 233,22
Investimentos detidos até à maturidade	4.6	5 028 608,29		5 028 608,29
Ativos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Ativos não correntes detidos para venda	4.7	573 369,24	26 449,24	341 920,00
Propriedades de investimento				
Outros ativos tangíveis	4.8	1 994 470,36	599 496,54	1 405 945,43
Ativos intangíveis	4.9	87 748,91	80 887,43	5 580,44
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Ativos por impostos correntes				
Ativos por impostos diferidos	4.10	5 073 561,07		3 707 870,09
Outros ativos	4.11	3 774 152,38		5 333 941,87
Total de Ativo		80 761 408,95	11 977 256,06	63 245 411,89

	Nota(s)	2011	2010
Passivos Eventuais		727 367 982,43	826 980 640,01
- Garantias e Avais	4.16	709 035 452,56	821 086 289,14
- Outros	4.16	18 332 529,87	5 894 350,87
Compromissos	4.16	25 031 953,00	21 081 498,00
<hr/>			
	Nota(s)	2011	2010
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito			
Recursos de clientes e outros empréstimos			
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	4.12	14 791 041,97	11 094 979,81
Passivos por impostos correntes	4.13	569 809,60	984 952,68
Passivos por impostos diferidos			
Instrumentos representativos de capital			
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	4.14	2 012 858,04	1 676 115,77
Total de Passivo		17 373 709,61	13 756 048,26
CAPITAL			
Capital	4.15	50 000 000,00	50 000 000,00
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação			
Outras reservas e resultados transitados	4.15	-510 636,37	-2 906 104,70
Resultado do exercício	4.15	1 921 079,65	2 395 468,33
Dividendos antecipados			
Total de Capital		51 410 443,28	49 489 363,63
Total de Passivo + Capital		68 784 152,89	63 245 411,89

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

José Ribeiro Vieira

O Técnico oficial de Contas

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota(s)	2011	2010
Juros e rendimentos similares	4.17	3 174 833,95	1 423 409,05
Juros e encargos similares	4.17	-3 738,87	-3 502,96
Margem financeira		3 171 095,08	1 419 906,09
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	4.18	10 383 561,16	10 437 128,86
Encargos com serviços e comissões	4.18	-1 224 906,59	-701 344,56
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de reultados			
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados de reavaliação cambial			
Resultados de alienação de outros ativos			
Outros resultados de exploração	4.19	268 157,29	363 249,10
Produto Bancário		12 597 906,94	11 518 939,49
Custos com pessoal	4.21	-1 379 308,65	-1 354 753,03
Gastos gerais administrativos	4.22	-578 809,73	-564 143,89
Amortizações do exercício	4.8 e 4.9	-154 400,53	-163 799,91
Provisões líquidas de reposições e anulações	4.12	-3 696 062,16	-3 082 807,90
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	4.12	-3 910 896,92	-2 884 968,19
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	4.7	-1 778,47	
Resultado antes de impostos		2 876 650,48	3 468 466,57
Impostos			
Correntes	4.13	-2 318 845,96	-2 078 707,68
Diferidos	4.10	1 363 275,13	1 005 709,44
Resultado após impostos		1 921 079,65	2 395 468,33
Resultado por ação		0,038	0,048

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

José Ribeiro Vieira

O Técnico oficial de Contas

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e outros custos pagos	13 448,41	25 150,44
Serviços e comissões pagos	1 247 684,21	845 987,90
Garantias	17 811 864,26	11 791 549,22
Fornecedores	775 597,32	1 147 905,21
Pessoal	1 305 672,14	1 251 693,51
Imposto sobre o lucro	2 733 989,04	2 078 190,64
Outros pagamentos	1 814 878,20	594 100,55
	25 703 133,58	17 734 577,47
Recebimentos provenientes de:		
Juros e outros proveitos recebidos	1 822,04	18 893,97
Serviços e comissões recebidos	12 927 624,34	9 795 699,89
Contragarantia FCGM	13 874 189,65	9 020 948,63
Recuperações Crédito Vencido	1 399 523,88	329 290,66
Outros recebimentos	0,00	0,00
	28 203 159,91	19 164 833,15
<i>Fluxo de caixa das Atividades Operacionais</i>	2 500 026,33	1 430 255,68
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de outros ativos tangíveis	100 020,15	560 844,06
Aquisição de outros ativos intangíveis	10 152,66	1 443,66
Aquisição/Aumentos de capital de empresas filiais, associadas e empreendimentos	0,00	0,00
Investimentos financeiros	207 787 621,09	121 843 500,00
	207 897 793,90	122 405 787,72
Recebimentos provenientes de:		
Alienação de outros ativos tangíveis	20 590,00	0,00
Venda/Liquidação de capital de empresas filiais, associadas e empreendimentos	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	3 113 091,17	1 094 396,08
Investimentos financeiros	202 881 500,00	104 947 500,00
	206 015 181,17	106 041 896,08
<i>Fluxo de caixa das Atividades de Investimento</i>	-1 882 612,73	-16 363 891,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Rendas de locação financeira	-56 152,33	-61 923,82
	-56 152,33	-61 923,82
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	15 000 000,00
	0,00	15 000 000,00
<i>Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento</i>	-56 152,33	14 938 076,18
Varição de caixa e seus equivalentes	561 261,27	4 440,22
Caixa e seus equivalentes no início do período	84 760,75	80 320,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	646 022,02	84 760,75

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

José Ribeiro Vieira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 INTRODUÇÃO

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. adiante designada simplesmente por Garval, iniciou a sua atividade em Janeiro de 2003 e enquadra-se no Sistema Nacional de Garantia Mútua. A Garval é participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IAPMEI e do Turismo de Portugal, I.P., bem como por várias instituições bancárias como BBPI, BES, BCP, CGD e o BST), atuando junto das Pequenas e Médias Empresas (PME) através da prestação de garantias para diversos fins.

O Sistema de Garantia Mútua é um sistema privado, mutualista, de apoio às PME que se traduz fundamentalmente na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas aos seus investimentos e ciclos de atividade. A característica mutualista resulta do facto das empresas beneficiárias das garantias serem acionistas de Sociedades de Garantia Mútua (SGM)

O Sistema de Garantia Mútua nasceu por iniciativa pública, através do IAPMEI, sendo criada em 1994 uma sociedade piloto, a SPGM.

Desde 2 de Janeiro de 2003, existem 3 SGM (Garval, Lisgarante e Norgarante), para as quais foi transferida toda a atividade de prestação de garantias da SPGM. Em 2 de Janeiro de 2007 entrou em funcionamento a Agrogarante, especificamente destinada a apoiar o setor primário.

O Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta em três pilares:

- SGM, que prestam garantias em favor das PME ou entidades representativas destas;
- Um fundo nacional de “resseguro” que cobre parte do risco das SGM, alavancando a sua capacidade de apoio às PME. Este mecanismo dotado de fundos públicos, é o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM);
- Uma entidade coordenadora de todo o sistema, que gere o FCGM e dinamiza, quer a criação e desenvolvimento das SGM, quer a imagem do produto garantia mútua em favor das PME, ao mesmo tempo que presta serviços de BackOffice às entidades do sistema. Essa entidade é a SPGM, que funciona na prática como “holding” do sistema

A principal finalidade da Garval é permitir que a dimensão das empresas possa ser menos relevante como fator a considerar na obtenção dos financiamentos em condições justas e adequadas.

Em 2011, a atividade corrente incluiu as seguintes ações:

- Prestação de garantias e de serviços de assessoria financeira;
- Gestão administrativa corrente e dos ativos financeiros, incluindo o seu planeamento e controlo;
- Gestão dos contratos e das operações garantidas, nomeadamente no que concerne ao risco de incumprimento e medidas de proteção dos ativos.

2 BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Garval foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e na Instrução nº 9/2005, de 11 de Março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo nº 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da Garval foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho.

No exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005 de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da Sociedade passaram a ser preparadas de acordo com as NCA, tal como definidas pelo Banco de Portugal.

A Garval apresentou em 2006, pela primeira vez, as demonstrações financeiras de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos nas NCA.

As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, exceto quanto às seguintes matérias:

- A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;
- A valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) regista os créditos pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais segundo a regra pro rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;
- Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes às garantias prestadas deverão ser, igualmente, especializados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior;
- Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de Reavaliação Legais”.

2.2 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras da Garval.

2.2.1 Regime de acréscimo (periodização económica)

A Sociedade segue o regime de acréscimo (periodização económica) em todas as rubricas de custos e proveitos.

2.2.2 Créditos e outros valores a receber

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são especializados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por garantias prestadas são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida dos contratos.

A Sociedade classifica em crédito vencido as garantias sinistradas e pagas e juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

2.2.3 Provisões e correção de valores associados a crédito a clientes

A Garval constitui os seguintes tipos de provisões:

A. No Passivo

- a. Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, apresentadas na rubrica de provisões. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo devedor de clientes e dos plafonds;
- b. Uma provisão para garantias vivas, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, apresentadas também, na rubrica de provisões;

B. No Ativo

Correções associadas a crédito e juros a clientes, apresentadas como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:

- a. Em relação às garantias acionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos;
- b. Em relação a notas de débito emitidas relativas às comissões de garantias, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respetivo crédito, constante no nº 2 do artigo 3.º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o nº 5, e avaliada nos termos do nº 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

2.2.4 Ativos tangíveis (IAS 16)

Os ativos tangíveis utilizados pela Garval para o desenvolvimento da sua atividade são reconhecidos pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade (quando um ativo está em imparidade é reconhecida uma perda por imparidade, devidamente evidenciada na demonstração de resultados).

A amortização dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

Conforme previsto no IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS.

Ativos tangíveis adquiridos em locação financeira

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos tangíveis e as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos tangíveis são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

2.2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos recebidos por recuperações de créditos são registados na rubrica ativos não correntes detidos para venda dado que a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através da sua venda e não do seu uso continuado. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao valor à data da elaboração do referido contrato. Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente das avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram reconhecidos.

As mais-valias potenciais em ativos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

2.2.6 Ativos intangíveis (IAS 38)

Os ativos intangíveis compreendem as despesas relacionadas com a aquisição de software e licenças informáticas e patentes. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

2.2.7 Locações (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como locações financeiras caso se verifique o oposto.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação, enquanto que nas locações financeiras, as rendas são reconhecidas pelo custo financeiro e pela amortização do capital.

2.2.8 Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39)

A Sociedade classifica os seus ativos em obrigações do tesouro, como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39.

A Sociedade avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade e caso não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é reclassificada toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

2.2.9 Serviços e Comissões (IAS 18)

O rédito compreende o valor dos serviços prestados aos clientes e das comissões cobradas aos mesmos.

O rédito proveniente das comissões de serviços apenas é reconhecido quando:

1. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

2. Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
3. A fase de acabamento da transação à data fim de exercício seja fiavelmente mensurada;
4. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

2.2.10 Juros e Rendimentos Similares (IAS 18)

O rédito proveniente do uso por outros de ativos da entidade que produzam juros deve ser reconhecido quando:

1. Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade;
2. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

2.2.11 Impostos Sobre os Lucros (IAS 12)

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

O resultado tributável é apurado de acordo com as regras fiscais e a taxa de imposto em vigor.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados exceto os que se

relacionam com valores registados diretamente em capitais.

A principal situação que origina diferenças temporárias nas demonstrações financeiras da Garval corresponde a provisões não aceites para efeitos fiscais.

2.2.12 Eventos Subsequentes (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3 Principais Fontes de Incerteza às Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela gestão, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Garval incluem as abaixo apresentadas:

- i) Determinação das provisões económicas e anticiclo

A determinação da provisão para garantias prestadas a clientes resulta de uma avaliação específica efetuada pela Garval com base no conhecimento da realidade dos clientes. O objetivo das provisões anticiclo é assegurar o nível de provisionamento económico que a Sociedade definiu no exercício.

- ii) Avaliação dos colaterais nas operações

As avaliações dos colaterais das operações de garantia, nomeadamente, hipotecas de imóveis, foram efetuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão da garantia.

4 NOTAS

4.1 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	2011	2010
CAIXA - EUROS	2 750,00	2 750,00
	2 750,00	2 750,00

4.2 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2011	2010
DISPONIBILIDADE EM OUTRAS INSTITUIÇÕES CRÉDITO		
Depósitos Ordem	643 272,02	82 010,75
	643 272,02	82 010,75

4.3 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Saldo do exercício anterior		Valor nominal	2011
	Quantidade	Valor		
PARTICIPAÇÕES	2 940	1,00	1,00	2 940,00
- SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	(2 940)	(1,00)	(1,00)	(2 940,00)

Os ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 2,9 mil euros, foram adquiridos no âmbito dos processos especiais de falência ou de recuperação de empresas anteriormente mutualistas. Tais ações são depois alienadas a mutualistas, no caso das SGM, ou a acionistas institucionais no caso da SPGM.

Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

4.4 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2011	2010
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	46 875 504,09	41 727 937,19
De 3 meses a 1 ano	5 201 680,00	10 506 282,90
De 1 a 5 anos		
Mais de 5 anos		
Duração Indeterminada		
	52 077 184,09	52 234 220,09

A rubrica de aplicações financeiras releva os montantes das aplicações constituídas pela Garval em depósitos a prazo, englobando o valor de juros vincendos que ascendem a esta data a cerca de 363,1 mil euros.

4.5 CRÉDITO A CLIENTES

	2011			2010		
	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisões	Valor Líquido
CRÉDITO A CLIENTES						
Até 3 meses	577 758,16	534 849,44	42 908,72	438 195,88	413 862,67	24 333,21
De 3 meses a 1 ano	2 528 258,00	2 373 145,25	155 112,75	1 372 103,42	1 297 121,71	74 981,71
De 1 a 5 anos	7 697 621,70	7 662 713,43	34 908,27	5 662 905,24	5 633 986,94	28 918,30
Mais de 5 anos	699 714,73	699 714,73	-	14 554,61	14 554,61	-
Duração Indeterminada						
	11 503 352,59	11 270 422,85	232 929,74	7 487 759,15	7 359 525,93	128 233,22

Os créditos sobre clientes correspondem às dívidas de clientes resultantes da execução de garantias e da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo. Esta rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2010 consequência do contínuo aumento da sinistralidade ocorrida.

4.6 INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

	2011	2010
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE		
De Emissores Públicos	5 028 608,29	-
	5 028 608,29	-

A Sociedade classifica os seus ativos em obrigações do tesouro, como investimentos detidos até à maturidade uma vez que, a intenção da Sociedade, é deter estes investimentos até à maturidade.

Esta rubrica engloba o valor dos cupões vincendos que ascendem a esta data a cerca de 63,2 mil euros.

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazo de vencimentos, a 31 de Dezembro de 2011 é como se segue:

	2011
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE	
Até 3 meses	
De 3 meses a 1 ano	5 028 608,29
De 1 a 5 anos	
	5 028 608,29

4.7 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	Saldo do exercício anterior			Aumentos		Saldo 31-12-2011		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Reforço/Reversão Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Ativos por Recuperação Crédito								
Imóveis	359 943,76	18 023,76	341 920,00	213 425,48	8 425,48	573 369,24	26 449,24	546 920,00
	359 943,76	18 023,76	341 920,00	213 425,48	8 425,48	573 369,24	26 449,24	546 920,00

Os valores apresentados referem-se a imóveis recebidos em dação disponíveis para venda imediata.

Em 2011, verificou-se uma nova aquisição deste tipo de imóveis.

A Sociedade, desde a aquisição dos imóveis já existentes no exercício anterior, tem vindo a efetuar diligências no sentido de os conseguir vender. No entanto, a crise grave que tem vindo a atravessar o mercado imobiliário está a dificultar o processo de venda tendo o mesmo não sido realizado até à data.

4.8 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Regularizações		Alienações		Valor líquido 2011-12-31	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações	Amortização Exercício	V. Aquisição		Amortizações
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS										
Imóveis de Serviço Próprio	343 569,00	12 894,78					5 153,54			325 520,68
Obras	125 383,07	2 604,02					2 505,70			120 273,35
Equipamento	677 353,83	345 063,13	96 505,51		46 435,11	46 435,11	126 043,97	20 590,00	10 295,00	313 047,24
Imobilizações Loc. Financeira										
Imóveis	677 467,05	57 265,59	27 756,79				11 825,70			636 132,55
Equipamento	46 435,11	46 435,11			- 46 435,11	- 46 435,11				-
	<u>1 870 208,06</u>	<u>464 262,63</u>	<u>124 262,30</u>		<u>-</u>	<u>- 46 435,11</u>	<u>145 528,91</u>	<u>20 590,00</u>	<u>10 295,00</u>	<u>1 394 973,82</u>

O investimento realizado em ativos tangíveis, em 2011, é explicado pela aquisição de equipamento informático, mobiliário e de transporte (2 viaturas) de forma a dotar a equipa de todos os recursos necessários ao desenvolvimento da Sociedade.

Importa também realçar os aumentos registados no imobilizado em regime de locação financeira, na sequência de obras efetuadas nas instalações da Sociedade.

Em 2011 foi alienada uma viatura de serviço, parcialmente amortizada, tendo originado uma menos valia em cerca de 7,8 mil euros.

4.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Regularizações		Alienações		Valor líquido 2011-12-31	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)	V. Aquisição	Amortizações	Amortização Exercício	V. Aquisição		Amortizações
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Despesas Estabelecimento										
Custos Plurianuais										
Software	62 872,39	57 564,33	10 152,66				8 599,24			6 861,48
Outras	14 723,86	14 451,48					272,38			0,00
	<u>77 596,25</u>	<u>72 015,81</u>	<u>10 152,66</u>				<u>8 871,62</u>			<u>6 861,48</u>

O valor investido em ativos intangíveis consistiu, essencialmente, na aquisição de licenças software.

4.10 ATIVOS POR IMPOSTOS

	Saldo 2010-12-31	Reforços	Reposições	Regularizações	2011
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Por diferenças temporárias em Passivos					
Em riscos gerais de crédito	414 314,38	69 090,44	135 277,33		348 127,49
Em provisões económicas	1 875 958,69	1 831 034,62	889 097,08		2 817 896,23
Em provisões para devedores diversos	12 599,27	10 835,65	14 668,91		8 766,01
Em provisões para plafonds	15 620,05	38 567,57	5 606,39		48 581,23
Em provisões anti ciclo	621 677,26	195 693,00	121 115,10		696 255,16
	2 940 169,65	2 145 221,28	1 165 764,81	-	3 919 626,12
Por diferenças temporárias em Ativos					
Em correções associadas ao crédito vencido	767 700,44	780 928,42	397 581,05		1 151 047,81
Em perdas de imparidade		471,29		2 415,85	2 887,14
	767 700,44	781 399,71	397 581,05	2 415,85	1 153 934,95
	3 707 870,09	2 926 620,99	1 563 345,86	2 415,85	5 073 561,07

O forte crescimento da sinistralidade já mencionada anteriormente tem como consequência o forte reforço, ocorrido neste exercício, ao nível dos Impostos Diferidos para Correções Associadas ao Crédito Vencido. A conjuntura económica do nosso país, no ano de 2011, fez com que a Sociedade procedesse ao aumento das suas provisões económicas e anticiclo com impacto no aumento dos impostos diferidos para estas provisões.

É também visível a reposição dos Impostos Diferidos constituídos no exercício anterior para estas duas rubricas assim como para as provisões anticiclo. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas, que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

A redução da carteira viva da Sociedade traduz-se numa diminuição das provisões para riscos gerais de crédito refletindo a diminuição dos impostos diferidos para riscos gerais de crédito face a 2010.

4.11 OUTROS ATIVOS

	2011	2010
OUTROS ATIVOS		
Devedores e outras aplicações	3 321 475,48	4 754 441,72
Outros ativos	8 120,00	8 120,00
	3 329 595,48	4 762 561,72
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Rendimentos a receber	289 216,02	499 178,41
Despesas com encargo diferido	55 396,97	19 555,00
Adiantamentos fornecedores	12 434,39	24 202,70
Outras contas de regularização	87 509,52	28 444,04
	444 556,90	571 380,15
	3 774 152,38	5 333 941,87

No ativo, a rubrica de Devedores e Outras Aplicações, com um valor de 3,3 milhões de euros, é constituída, essencialmente, pelos valores faturados ao FINOVA, ao abrigo das linhas PME Investe, e que se encontram em processo de cobrança/validação conforme circuitos estabelecidos com a entidade gestora daquelas linhas, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da linha IDE RAM.

Em virtude de uma melhoria no processo de cobrança/validação dos valores faturados pelo FINOVA esta rubrica sofreu uma grande diminuição face ao ano de 2010.

Os Outros Ativos, com um valor de 8,1 mil euros dizem respeito à contabilização de obras de arte doadas à Sociedade em 2008.

As contas de regularização incluídas nos Outros Ativos, contemplam, entre outras rubricas os Rendimentos a Receber que dizem respeito aos valores a faturar, mas já reconhecidos como proveitos, decorrentes da contratação de garantias ao abrigo das linhas PME Investe I a IV em que, como é sabido, as comissões de garantia são postecipadas.

Apesar de as linhas PME Investe I a IV serem postecipadas poderão ocorrer situações em que

garantias ao abrigo destas linhas passem a ter comissões antecipadas por resultado do programa de Alargamento de Prazo das Linhas de Crédito PME Investe. Neste programa, as comissões de garantia são liquidadas anual e antecipadamente o que reflete a diminuição desta rubrica face a 2010.

Adicionalmente, no Ativo, a rubrica despesas com encargo diferido inclui cerca de 55,4 mil euros relativos a seguros a especializar no próximo exercício e 47 mil euros relativos a licenças de software anuais com data fim em 2012 e a rubrica adiantamentos a fornecedores diz respeito, essencialmente, a solicitadores.

Nas Outras Contas de Regularização, estão incluídos os montantes de juros decorridos relativos às Obrigações do Tesouro adquiridas pela Sociedade, cujo valor ascende a 78,1 mil euros.

4.12 PROVISÕES

	Saldo 2010-12-31	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	2011
CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CREDITO VENCIDO					
Crédito e Juros Vencidos	7 359 525,93	5 421 190,25		1 510 293,33	11 270 422,85
	7 359 525,93	5 421 190,25		1 510 293,33	11 270 422,85
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO					
Aviso nº 3/95 B.P.	1 563 450,60	327 180,77		576 942,53	1 313 688,84
Plafonds	58 943,51	124 381,79			183 325,30
Outros	47 544,42	40 133,25		54 598,34	33 079,33
PARA GARANTIAS					
Económicas	7 079 089,28	6 909 564,61		3 355 083,39	10 633 570,50
Anti Ciclo	2 345 952,00	738 464,13		457 038,13	2 627 378,00
	11 094 979,81	8 139 724,55		4 443 662,39	14 791 041,97
	18 454 505,74	13 560 914,80		5 953 955,72	26 061 464,82

O quadro resumo das provisões reflete a redução da carteira viva da Sociedade que se traduz numa diminuição das Provisões para Risco Gerais de Crédito, associadas ao valor líquido de contragarantia de carteira, de 8,37% face ao exercício anterior. Paralelamente, o aumento da rubrica de Correções Associadas ao Crédito a Clientes está diretamente relacionado com o contínuo crescimento da sinistralidade que se tem vindo a verificar ao longo dos anos.

A Garval efetua ainda, com regularidade, a avaliação dos riscos relativos à sua carteira de garantias vivas, tendo em vista a constituição de provisões para riscos económicos em nível adequado.

No exercício de 2011 o valor das Provisões Económicas e Anticiclo na Garval, ascende a 13,3 milhões de euros registando um aumento (40,7%) face ao ano anterior. Este reforço reflete a ponderação de diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de Dezembro de 2011 e também a deterioração generalizada da condição financeira das empresas portuguesas. Com as provisões anticiclo a Sociedade consegue assegurar o nível de provisionamento económico definido para o exercício de 2011.

4.13 CARGA FISCAL

	Ano 2011	Ano 2010	Ano 2009
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)			
Imposto corrente apurado no exercício	- 2 318 845,96	- 2 078 707,68	- 1 232 991,64
Pagamentos por conta	1 642 878,00	1 041 087,00	248 556,00
Pagamentos adicional por conta	106 158,36	52 668,00	
Retenções na fonte			
	- 569 809,60	- 984 952,68	- 984 435,64

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2011, com o valor aproximado de 2,3 milhões de euros, encontra-se já parcialmente liquidado através dos pagamentos por conta no valor de 1,6 milhões de euros e dos pagamentos adicionais por conta (derrama estadual) no valor de 106,2 mil euros.

	Ano 2011	Ano 2010	Ano 2009
REPORTE FISCAL			
Resultado antes de impostos (1)	2 876 650,48	3 468 466,57	- 1 579 704,18
Imposto corrente (2)	- 2 318 845,96	- 2 078 707,68	- 1 232 991,64
Imposto diferido (3)	1 363 275,13	1 005 709,44	1 637 130,80
Imposto sobre o rendimento do período (4) = (2)+(3)	- 955 570,83	- 1 072 998,24	404 139,16
Taxa Efetiva de imposto sobre o rendimento = (4) / (1)	33,22%	30,94%	25,58%

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

4.14 OUTROS PASSIVOS

	2011	2010
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	129 575,02	76 331,33
Fornecedores locação financeira	152 758,89	204 587,96
Outras exigibilidades	71 477,53	87 485,05
	353 811,44	368 404,34
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Encargos a pagar	211 736,10	197 833,06
Receitas com rendimento diferido	1 126 919,23	887 004,88
Outras contas de regularização	320 391,27	222 873,49
	1 659 046,60	1 307 711,43
	2 012 858,04	1 676 115,77

Nos Outros Passivos, a rubrica credores Diversos diz respeito às dívidas correntes de fornecedores.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias com um valor atual de 152,8 mil euros e representa 0,22% do valor do total do ativo líquido total da Sociedade.

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 31-12-2011
IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Imóveis	705 223,84	69 091,29	636 132,55
	705 223,84	69 091,29	636 132,55

As outras exigibilidades refletem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4^o trimestre do ano que finda.

As contas de regularizações incluídas nos outros passivos são constituídas, essencialmente, pelas Receitas com Rendimento Diferido, com o valor aproximado de 1,1 milhões de euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de Encargos a Pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar em 2012). O valor respeitante a Outras Contas

de Regularização diz essencialmente respeito à percentagem que vai ser devolvida ao FCGM relativa a dois imóveis que a Sociedade recuperou e detém para venda, resultante de um processo de insolvência decretado em 2009 e outro decretado este ano.

4.15 CAPITAL PRÓPRIO

	Ano 2010	Aumentos	Diminuições	2011
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	50 000 000,00			50 000 000,00
Reserva Legal		239 546,83		239 546,83
Reserva Estabilização Dividendos		346 846,66		346 846,66
Resultados Transitados	- 2 906 104,70	1 809 074,84		- 1 097 029,86
Resultado Líquido do Exercício	2 395 468,33	1 921 079,65	2 395 468,33	1 921 079,65
	49 489 363,63	4 316 547,98	2 395 468,33	51 410 443,28

4.16 RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2011	2010
GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e Avals	709 035 452,56	821 086 289,14
Outros Passivos Eventuais	18 332 529,87	5 894 350,87
	727 367 982,43	826 980 640,01
GARANTIAS RECEBIDAS		
Contragarantias	577 666 568,38	664 741 228,73
Avalistas	1 802 865 747,61	2 116 519 021,95
Penhor Acções	24 530 313,00	21 081 498,00
Hipotecas	325 833 094,44	238 343 336,36
	2 730 895 723,43	3 040 685 085,04
COMPROMISSOS		
Irrevogáveis	25 031 953,00	21 081 498,00

Os compromissos assumidos por garantias e avals prestados referem-se, por um lado, à prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avals), e, por outro lado, ao reconhecimento do valor dos *plafonds* não totalmente utilizados (outros passivos eventuais). Os outros compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de ações.

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições. A Garval considera contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista seja chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efetiva. Poderá ainda constatar-se a situação de que o avalista chamado a assegurar o pagamento das prestações de crédito realize um acordo com a Sociedade para pagamento da dívida passando a responsabilidade do avalista de efetiva para renegociada.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 1 749 585 445,04 euros de valores de operações avalizadas;

No caso dos avalistas cuja responsabilidade é efetiva e que entraram em incumprimento, foram contabilizados:

- 53 272 490,07 euros de valores de operações avalizadas.

Por fim, no caso dos avalistas cuja responsabilidade é renegociada, foram contabilizados:

- 7 812,50 euros de valores de operações avalizadas.

4.17 MARGEM FINANCEIRA

	2011	2010
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
Juros de outras aplicações em instituições de crédito	1 822,04	1 581,17
Juros de aplicações em instituições de crédito	3 042 076,16	1 397 720,40
Juros de investimentos detidos até à maturidade	114 608,29	
Juros de mora	16 327,46	24 107,48
	3 174 833,95	1 423 409,05
JUROS E ENCARGOS SIMILARES		
Juros de credores e outros recursos	- 3 597,11	- 3 502,96
Outros	- 141,76	
	- 3 738,87	- 3 502,96
	3 171 095,08	1 419 906,09

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um crescimento significativo face ao período homólogo de 2010, em virtude do crescimento das taxas de remuneração das aplicações financeiras e do valor investido.

Adicionalmente, a rubrica de Juros de Investimentos Detidos até à Maturidade registou um aumento face a 2010, em virtude dos juros de cupão e mais-valia especializados referentes às obrigações do Tesouro adquiridas pela Sociedade

4.18 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	2011	2010
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por garantias prestadas	10 383 561,16	10 437 128,86
Outras comissões recebidas		
	10 383 561,16	10 437 128,86
ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por garantias recebidas	- 1 204 186,32	- 691 179,40
Por serviços bancários prestados	- 20 720,27	- 10 165,16
	- 1 224 906,59	- 701 344,56
	9 158 654,57	9 735 784,30

Os resultados de serviços e comissões evidenciam um decréscimo face a 2011 em virtude da diminuição da carteira viva da Sociedade.

Contudo, os encargos de serviços e comissões registaram um aumento significativo face a 2010 uma vez que a comissão de contragarantia é apurada em função da contragarantia do ano anterior, tendo a mesma sido superior em 2010 face a 2009.

4.19 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2011	2010
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Quotizações e donativos	14 190,00	4 410,00
Impostos	44 316,75	27 843,76
Perdas Realizadas	7 794,97	
Outros	43 526,33	33 496,01
	109 828,05	65 749,77
PROVEITOS		
Prestação de serviços	340 692,50	425 859,12
Ganhos Realizados em Activos Tangíveis		58,28
Reembolso de despesas	15,40	564,50
Outros	37 277,44	2 516,97
	377 985,34	428 998,87
	268 157,29	363 249,10

Ao nível dos custos, a rubrica de Impostos, no valor de 44,3 mil euros é composta pelo pagamento do imposto do selo, imposto único de circulação, do imposto municipal sobre imóveis e do imposto extraordinário que incide sobre o setor bancário (valor de imposto). Este imposto consta da Portaria nº 121/2011 de 30 de Março que veio regulamentar a contribuição sobre o sector bancário estabelecida pelo artigo 141º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro. A variação desta rubrica é justificada pelo maior valor do imposto associado à comissão de contragarantia cobrada pelo FCGM.

A rubrica Outros com um valor de 43,5 mil euros inclui cerca de 9,2 mil euros relativo a custas judiciais, sendo o remanescente, essencialmente, relativo a custos de exercícios anteriores. A rubrica Perdas Realizadas refere-se a alienação de uma viatura.

Relativamente à rubrica Quotizações e Donativos, a Garval, efetuou donativos no valor de 500 euros à

Associação Académica de Santarém, 100 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama, 2,5 mil euros à Obra do Padre Américo, 1,25 mil euros ao Lar de Santo António da Cidade de Santarém, 1,25 mil euros à Associação Integrar, 2,5 mil euros ao Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, 1,25 mil euros ao Centro de Reabilitação APPC de Leiria, 2,5 mil euros ao Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém e 1,25 mil euros à Santa Casa da Misericórdia de Santarém.

A Garval pagou quotizações de cerca de mil euros à NERLEI.

Quanto aos proveitos, verificou-se um ligeiro decréscimo na rubrica de Prestação de Serviços no valor de 85,1 mil euros que engloba as comissões de análise, montagem e emissão de garantias.

A rubrica Outros com um valor de 37,3 mil euros diz respeito a proveitos de exercícios anteriores no montante de 8,8 mil euros, juros de mora de exercícios anteriores apenas faturados em 2011 inclui cerca de 9,6 mil euros, recuperação de gasto de uma viatura no montante de 14,5 mil euros, sendo o remanescente relativo a proveitos e ganhos do exercício.

4.20 EFETIVOS

	2011	2010
Administração	11	11
Quadros diretivos e técnicos	53	48
Secretariado e administrativo	1	1

4.21 CUSTOS COM PESSOAL

	2011	2010
ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	118 763,54	112 522,44
Conselho Fiscal	15 375,00	14 460,00
Assembleia Geral	400,00	350,00
Comissão Executiva	74 700,00	74 700,00
	209 238,54	202 032,44
COLABORADORES		
Remunerações	929 028,35	853 900,50
ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS	226 124,08	298 820,09
OUTROS	14 917,68	
	1 379 308,65	1 354 753,03

No ano de 2011 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantido como prática ao longo dos anos, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efetivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. A única exceção refere-se ao Administrador Executivo residente, que sendo colaborador da Sociedade optou, aquando da eleição para membro do Conselho de Administração, por manter a sua remuneração de origem, nos termos estabelecidos internamente para estes casos.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização

Senhas de Presença:

	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Assembleia Geral
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 5 200,00	€ 31 200,00	
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação – IAPMEI	€ 4 797,00		
João Artur Ferreira da Costa Rosa	€ 3 900,00	€ 14 700,00	
Banco Comercial Português, S.A.	€ 2 700,00	€ 13 500,00	
Ilda Maria Tavares Costa	€ 2 100,00		
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira	€ 3 300,00		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 3 321,00		

Octávio José da Conceição Cordeiro ⁽¹⁾	€ 600,00	
Renato Fernando Ribeiro da Silva	€ 3 900,00	€ 15 300,00
NERLEI – Associação Industrial da Região de Leiria, A.E.	€ 369,00	
NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E.	€ 51,28	
Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco	€ 3 300,00	
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.		€ 400,00

Remunerações:

Rui Pedro Lopes Brogueira	€ 85 225,26
---------------------------	-------------

Quanto ao Fiscal Único,

Remunerações:

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.	€ 15 375,00
--	-------------

Os honorários totais faturados durante o exercício de 2011 pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas.

(1) Funções exercidas até Março de 2011

Remunerações atribuídas aos colaboradores da Sociedade

	N.º Colaboradores	Remunerações
Direção Comercial ⁽¹⁾	28	432 402,19
Direção de Operações ⁽²⁾	19	214 393,60
Direção de Risco ⁽³⁾	13	184 236,03
Outros	2	17 454,52
Total	62	848 486,34

Inclui a remuneração auferida por colaboradores que já não se encontram ao serviço da Sociedade:

(1) Cinco colaboradores

(2) Dois colaboradores

(3) Um colaborador

4.22 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2011	2010
FORNECIMENTOS	96 549,89	116 900,97
SERVIÇOS		
Rendas e alugueres	103,82	6 175,94
Comunicações	102 524,31	113 846,41
Deslocações, estadias e representação	27 743,54	50 961,78
Publicidade e edição de publicidade	57 551,00	39 842,48
Conservação e reparação	9 685,59	8 027,97
Encargos com formação de pessoal	7 888,70	0,00
Seguros	14 401,84	11 983,45
Serviços especializados	105 237,68	89 755,62
Outros fornecimentos de serviços	157 123,36	126 649,27
	482 259,84	447 242,92
	578 809,73	564 143,89

Os Gastos Gerais Administrativos registaram uma variação no valor de 14,7 mil euros o que corresponde a um crescimento de 3% face ao ano de 2010.

A rubrica Outros Fornecimentos de Serviços inclui cerca de 124,0 mil euros relativo a serviços de BackOffice prestados pela SPGM.

4.23 PARTES RELACIONADAS

A Garval em 2011, incorreu com custos relativos a serviços de *backoffice* prestados pela SPGM no valor de 124 mil euros sendo que o valor em dívida, à data de 31-12-2011 é de 12,1 mil euros.

4.24 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não tem dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

4.25 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

Renato Fernando Ribeiro da Silva

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Anabela Pereira Dolores Frazão

Rui Pedro Lopes Brogueira

Luís Filipe Soares dos Santos

Carlos Gustavo Vieira Farrajota Cavaco

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

Ilda Maria Tavares Gomes da Costa

José Ribeiro Vieira

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

José Hilário Campos Ferreira - TOC nº 170

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo**Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais**

Em 31 de Dezembro de 2011, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Garval:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S. A.	7 838 942 ações
▪ Banco Espírito Santo, S.A	3 921 714 ações
▪ Banco BPI, S.A.	3 394 910 ações
▪ Banco Comercial Português, S.A	2 890 160 ações
▪ Banco Santander Totta, S.A.	2 506 282 ações
▪ Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2 422 630 ações
▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	2 098 500 ações
▪ Turismo de Portugal, I.P.	1 145 000 ações
▪ Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	240 000 ações
▪ Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	69 000 ações
▪ BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.	500 ações

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2011, a relação dos acionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	15,68 %
--	---------

Acionistas Promotores

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de acionistas promotores:

Acionista Promotor	N.º de Ações	%
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	7 838 942	15,68%
Banco Espírito Santo, S.A.	3 921 714	7,84%
Banco BPI, S.A.	3 394 910	6,79%
Banco Comercial Português, S.A.	2 890 160	5,78%
Banco Santander Totta, S.A.	2 506 282	5,01%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2 422 630	4,85%
IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias	2 098 500	4,20%
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	1 145 000	2,29%
Caixa Económica Montepio Geral, S.A.	240 000	0,48%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	69 000	0,14%
BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.	500	0,00%
Total Acionistas Promotores	26 527 638	53,06%

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com referência ao período findo em 2011 dezembro 31.

Ao longo deste período, acompanhámos a atividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

Das verificações efetuadas, pudemos concluir que:

- 1) O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o período e as perspetivas futuras.
- 2) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são adequados e encontram-se devidamente divulgados no Anexo.
- 3) O Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período.

Nestes termos, tendo em consideração o referido anteriormente, somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as contas referentes ao período findo em 2011 dezembro 31.
- b) A proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do período.

Porto, 2012 março 05

O Fiscal Único
SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por

(Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. Certificação Legal de Contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2011 dezembro 31 (que evidencia um total de € 68 784 153 e um total de capital próprio de € 51 410 443, incluindo um resultado líquido de € 1 921 080), as Demonstrações dos resultados por naturezas e de fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

Pequena Colectiva 502 270 136. Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 230 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 56440. Capital Social 50 000 Euro.
Member of Nexia International, a worldwide network of independent auditors, business advisers and consultants.

Edifício Oporto Center
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º
4300-504 PORTO - PORTUGAL
Tel: (+351) 225 193 660
Fax: (+351) 225 193 661
info@santoscarsroc.pt
www.santoscarsroc.pt

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **GARVAL- Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2011 dezembro 31, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 2012 março 05

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

VI. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2
4100-455 Porto

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um ativo líquido de 68 784 153 euros e um total de capital próprio de 51 410 443 euros, incluindo um resultado líquido de 1 921 080 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Garval - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

4. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Paulo Silva
Paulo Silva

Porto, 6 de Março de 2012

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 1122.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.